

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS**

PATRÍCIA CASTELLO BUCIOLI KNETSCH

UMA ANÁLISE DO DISCURSO “REVOLUCIONÁRIO” EM PICHACOES

Guarulhos

2019

PATRÍCIA CASTELLO BUCIOLI KNETSCH

UMA ANÁLISE DO DISCURSO “REVOLUCIONÁRIO” EM PICHações

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa

Guarulhos

2019

Bucioli, Patrícia C. K.

Uma análise do discurso “revolucionário” em pichações. / Patrícia C. K. Bucioli. – Guarulhos, 2019.
95f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras 2019.

Orientador: Prof. Dr. João Marcos Mateus Kogawa

Título em outro idioma: A discourse analysis of “revolutionary” in graffiti.

1. Análise do discurso. 2. Enunciado dividido. 3. Pré-construído. 4. Mito
5. Pichação. I. Kogawa, J. M.M. . II. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas. III Uma análise do discurso “revolucionário” em pichações.

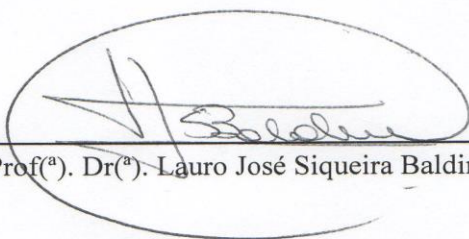
PATRÍCIA CASTELLO BUCIOLI KNETSCH
UMA ANÁLISE DO DISCURSO "REVOLUCIONÁRIO" EM PICHACÕES

Trabalho de conclusão de Dissertação
apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Letras.
Área de concentração: Linguagem em novos
contextos

Aprovação: 30 01/2019

João Kogawa

Prof^a). Dr^a). João Marcos Mateus Kogawa
Universidade Federal de São Paulo



Prof^a). Dr^a). Lauro José Siqueira Baldini (Unicamp)

Anderson Salvaterra Magalhães

Prof^a). Dr^a). Anderson Salvaterra Magalhães
Universidade Federal de São Paulo

AGRADECIMENTOS

Ao Danson Knetsch pela companhia nas manhãs, tardes, noites e madrugadas de estudo.

Aos meus colegas ingressos em 2017 pelas discussões dentro e fora da sala de aula, pelas sugestões e por todas as fotos de pichos que recebi.

À Beatriz Daldosso pela ajuda imensa sem a qual eu teria deixado o programa.

À Caroline Cots por todas as conversas e por todos os “spoilers”.

À Fernanda Lourenço e toda equipe da secretaria pelo apoio técnico.

Aos professores Dr. Álvaro Caretta, Dra. Indaiá Bassani, Dr. Orlando Vian Jr., Dr. Rafael Minussi e Dr. Sandro Luís da Silva pelo conhecimento que dividiram comigo.

Ao Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini e Prof. Dr. Anderson Salvaterra Magalhães por aceitarem participar da banca e por todas as sugestões e orientações dadas na qualificação.

Ao Prof. Dr. João Kogawa por confiar em mim, por entender meus limites, por todas as aulas, orientações e reuniões. Sua dedicação e seriedade com a profissão é inspiradora. Obrigada sobretudo pela AD.

“Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

Antoine Lavoisier

RESUMO

Esta pesquisa propõe uma análise do discurso revolucionário em pichações cuja temática é o sujeito feminino. O objetivo geral do trabalho é demonstrar que os enunciados escolhidos apresentam características contraditórias: em sua prática discursiva a pichação tem atributos revolucionários, contudo, a dinâmica de sua formação semântica manifesta características conservadoras. Partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: será que a pichação é, no que concerne aos significados que mobiliza, efetivamente subversiva ou haveria espaço para o conservadorismo? A pesquisa tem sua base teórica fundamentada nas teorias de Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Michel Foucault e Roland Barthes. Desse ponto de vista, a pichação como prática revolucionária opera, ao mesmo tempo, com valores ideológicos conservadores que mitificam a figura feminina. Tais valores podem ser sistematizados em três mitos pré-construídos: (i) toda mulher é/deve ser mãe; (ii) toda mulher é/deve ser bonita; (iii) toda mulher é/deve ser seduzida. Os enunciados analisados são, desse ponto de vista, divididos entre a contravenção e conservadorismo. Courtine descreve o enunciado dividido como uma discordância entre as posições do sujeito no interior de uma mesma formação discursiva. Nesse sentido, o sujeito inscrito nas pichações divide-se entre o mito da maternidade, da beleza e da sedução que subjetivam o feminino a partir de um discurso conservador, e uma exigência de afirmação do feminino advinda de um discurso “revolucionário”.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Pichação. Enunciado Dividido. Pré-construído. Mito.

ABSTRACT

This research proposes an analysis of revolutionary discourse in graffiti which theme is a female subject. The general objective of this work is to demonstrate that the chosen statements have contradictory characteristics: in the discursive practice the graffiti has revolutionary attributes, however, the dynamics of its semantic formation manifest conservative characteristics. The following question emerged: is graffiti, as far as the meaning it mobilizes, effectively subversive, or is there space for conservatism? This research has its theoretical basis in the theories of Michel Pêcheux, Jean-Jacques Courtine, Michel Foucault and Roland Barthes. From this point of view, graffiti as a revolutionary practice operates at the same time with conservative ideological values that mythify the female figure. Such values can be systematized in three pre-existing myths: (i) every woman is / should be a mother; (ii) every woman is / should be beautiful; (iii) every woman is / should be seduced. The statements analyzed are, from this point of view, divided between contravention and conservatism. Courtine describes divided statement as a disagreement among several positions of subjects over the same discursive formation. In this sense, the subject inscribed in the graffiti is divided between the myth of motherhood, beauty, and seduction that subjectivate the feminine figure from a conservative discourse, and affirmation of a modern feminine figure coming from a "revolutionary" discourse.

Keywords: Discourse Analysis. Graffiti. Divided Statement. Pre-existing. Myth.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1. ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DO PICHÔ 12	12
1.1. O discurso e seu caráter “revolucionário” 13	13
1.2. Enunciado e Interdiscurso 29	29
1.3. Mito e pré-construído como o natural da história..... 40	40
2. O CONTEXTO SOCIOLÓGICO DA PICHAGEM 50	50
2.1. Condições de produção e historicidade: a pichagem hoje. 51	51
2.2. O pichô x grafite..... 59	59
3. O DISCURSO REVOLUCIONÁRIO EM PICHAGENS..... 68	68
3.1. Pré-construído e o mito da maternidade 69	69
3.2. Pré-construído e o mito da beleza..... 75	75
3.3. Pré-construído e o mito da sedução 80	80
CONCLUSÃO.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 85	85
APÊNDICE 87	87

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da linha de pesquisa Linguagem em Novos Contextos do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São Paulo. A pesquisa enquadra-se nessa linha uma vez que aborda novas formas de produção e circulação de textos tendo em vista questões referentes ao sujeito e sua constituição em uma esfera histórica e ideológica.

A abordagem teórica do trabalho é a Análise de Discurso de linha francesa (doravante AD), a partir da qual busca-se analisar o *corpus* considerando que os aspectos sociais e históricos são indissociáveis do texto. Considera-se que a ideologia é responsável pelo assujeitamento do sujeito pragmático que ao tornar-se sujeito discursivo passa a ser a expressão de toda uma classe social.

A escolha do discurso revolucionário como objeto de estudo para esta pesquisa deu-se através da pichação, uma vez que o contato com o ambiente urbano e suas formas de expressão faz parte da curiosidade e desperta inquietações quando o assunto é a ocupação artística da cidade. A atualidade da pichação como estrutura enunciativa e expressão da contravenção e lutas minoritárias, especialmente no que diz respeito à construção de uma identidade de classe, foi foco recente de constantes polêmicas em uma disputa entre pichadores e a administração pública, especialmente, na Grande São Paulo.

A hipótese motivadora desse estudo é a de que, mesmo sendo valorada pelos pichadores e por grande parcela da sociedade como uma prática revolucionária, a pichação, por vezes, reproduz um discurso conservador em sua estrutura linguística.

Um dos principais fatores para o desenvolvimento da hipótese é o entendimento de que se considera como revolucionário algo que introduz novidades ou grandes alterações em alguma coisa ou estado. Ao estender a concepção de revolucionário à revolução há a percepção de um processo de revolta, perturbação moral, indignação e, no caso dessa pesquisa, associa-se ao desejo de uma mudança brusca em uma estrutura social acompanhada de atos subversivos.

A multiplicidade no entendimento – contravenção, crime ou expressão identitária – fez surgir uma discussão sobre o que é considerado pichação e o que é considerado grafite. Por um lado, temos o que é interpretado como forma de expressão e de dominação de espaço (a pichação) e, por outro, o que é artístico e aceito pela comunidade (o grafite autorizado). Distinção, portanto, entre “pichar” ou “conspurcar” – práticas ilegais, invasivas, criminosas –, de um lado e, de outro, “grafitar” – prática legal e autorizada. A lei estabelece, então, a

diferença entre manifestação artística e “vandalismo”, despropósito, manifestação que não traz qualquer tipo de “valorização do patrimônio público ou privado”.

A pichação em si, como prática concreta no mundo, nada mais é do que linguagem-objeto; entre o pichador, a inscrição e o muro nada existe além de uma operação, um ato. É no discurso que os valores ideológicos definidores das práticas passa a existir.

Como enunciados, as pichações são reguladas por suas condições de produção compostas, ao mesmo tempo, pela atualidade da paisagem urbana e pelos dizeres que delas se apropriam para, ora inseri-las na “luta revolucionária”, ora nos monumentos e prateleiras montados por encomenda.

A seleção do *corpus* pode ser justificada pela definição de Dubois (apud COURTINE, 2009) de universal do discurso, ou seja, um conjunto de discursos com potencial para ser um objeto de tratamento, delimitando inicialmente um campo discursivo de referência (discurso revolucionário) impondo a esta seleção restrições que as homogeneízam.

É no enunciado que está a estabilidade referencial dos elementos do saber. Diante disso, o sujeito é uma função vazia que pode ser preenchida por indivíduos ao formularem o enunciado. Toda a produção discursiva faz circular formulações já enunciadas, impactando na atualidade de um acontecimento sob a forma de retornos. É nesse sentido que compreendemos as pichações como conjunto de enunciados que suscitam um domínio associado ou um interdiscurso.

Essa elaboração é relevante para a análise do discurso na medida em que tenta dar conta dos processos ideológicos que o discurso manifesta apesar de uma “vontade de revolução” dos sujeitos. O estudo das formas discursivas inscritas historicamente nos parece objeto de articulação da história com a linguística.

Esse olhar da AD recai, assim, nos variados discursos que são produzidos pelos sujeitos no momento de enunciação, os quais produzem efeitos de sentido de acordo com a forma com que são produzidos, onde são produzidos, por quem são produzidos, como circulam e, ainda, como são recebidos, enfim, a construção de sentido está atrelada a uma série de circunstâncias que envolvem a enunciação.

Apesar de sua natureza contraventora, as pichações analisadas operam com um jogo contraditório na materialidade de suas formações linguísticas. Seu caráter “revolucionário” – do rabisco que denuncia desigualdades e injustiças de uma cidade conservadora e desigual –, está sujeito a falhas e, pelo enunciado dividido, depreendemos o funcionamento de mitos pré-construídos que sustentam a retomada de formações imaginárias identificadas com um discurso-outro, a saber, o conservador.

1. ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DO PICHOS

Nesta seção são trabalhados os conceitos teóricos necessários para a análise do picho dentro da proposta desta pesquisa.

Na subseção 1.1. desenvolvemos o conceito de discurso sob a ótica de Michel Pêcheux, que implica a relação entre língua e história. Assim, todo discurso é um efeito de sentido entre sujeitos inseridos em uma formação social e representados pelas formações imaginárias que tem sobre si, sobre o outro, e sobre o entorno. A imagem que se tem desses lugares baseia-se em um já dito em que se assentam mitologicamente os pré-construídos nas formações imaginárias. Retomando Courtine (2009), o discurso é a relação entre a língua e os elementos exteriores a ela e, nesse sentido, deve ser pensado na singularidade de sua existência e na particularidade de sua emergência.

Em seguida delimitamos o discurso revolucionário tendo como base a definição de discurso feita pelos autores citados no parágrafo acima e enunciados emitidos tanto por pichadores e grafiteiros quanto indivíduos contrários a esse movimento. A ideia de “revolucionário” surge essencialmente da contradição entre a fala dos pichadores e grafiteiros, que assim caracterizam sua prática, e o discurso jurídico, do qual os não pichadores e grafiteiros apropriam-se para se contrapor ao ato.

Interdiscursivamente, o “revolucionário” se define no quadro de uma posição pró-picho e suas “bandeiras” – aqui, especialmente, uma posição em favor da igualdade entre o sujeito feminino e o masculino – em resposta a uma posição anti-picho e suas “bandeiras” – aqui, o discurso conservador machista que prega uma superioridade do sujeito masculino frente ao feminino.

Na subseção 1.2. definimos enunciado, interdiscurso e enunciado dividido, uma vez que é através das características interdiscursivas que identificamos que o conjunto de enunciados escolhidos para o *corpus* da pesquisa podem ser caracterizados como parcialmente revolucionários. Com efeito, é pela concepção de enunciado dividido que justificamos a presença do conservador nos enunciados pretensamente “revolucionários”.

Para Foucault (2012), o enunciado é a materialização do discurso e mobiliza os saberes legitimados em determinado momento histórico. É como resultado de um jogo de saberes sempre em transformação que o enunciado funciona interdiscursivamente, aludindo a campos correlatos. Para Courtine (2009), o interdiscurso está atrelado os campos do saber que condicionam o que pode e deve ser dito em determinado momento histórico. O autor também

apresenta o interdiscurso como um conjunto de formulações que resultam de diferentes enunciações que possuem em comum um domínio da memória.

Nesse quadro, o enunciado dividido caracteriza-se como uma discordância interna entre as posições do sujeito no interior de uma mesma formação discursiva. Na nossa pesquisa, o antagonismo entre o revolucionário e o conservador dão o tom da divisão dos enunciados. Em nossa leitura, as pichações selecionadas para análise evocam uma memória discursiva composta pelo discurso conservador patriarcal que se apoia em três bases mitológicas pré-construídas: i) toda mulher é/deve ser mãe; ii) toda mulher deve ser bonita/atender a padrões de beleza; iii) toda mulher deve/ quer ser seduzida.

Por fim, na subseção 1.3, definimos o que é pré-construído e o que é mito a fim de mostrar o quê no enunciado dividido marca a posição antagônica entre os sujeitos. É através do pré-construído (PÊCHEUX, 2014c) que todo sujeito “se reconhece” (com relação a si mesmo e a outros sujeitos) e aí se acha a condição de um “consenso” intersubjetivo por meio do qual um imaginário se sustenta (PÊCHEUX, 2014b). É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é relativo a determinada posição ideológica. Esta discussão está associada diretamente à definição de mito barthesiana. Para Barthes, o mito é um valor de consumo historicamente construído que se naturalizou e diante do qual não se coloca questão. Isto é, o mito é o pré-construído que ganhou corpo no imaginário popular, que se tornou senso comum nas esquinas, nos bares e nas trocas verbo-visuais cotidianas.

1.1. O discurso e seu caráter “revolucionário”

Neste primeiro momento de revisões teóricas delimitamos o discurso e principalmente o que é considerado como discurso revolucionário para esta pesquisa.

Henry (2014a) explica que os primeiros trabalhos de Pêcheux dedicam-se aos modos de produção e à forma como eles impactam no discurso das ciências e dos saberes técnicos. Sob esse prisma, a história da ciência e das técnicas científicas é baseada em elementos oriundos de uma análise marxista sobre as consequências da divisão do trabalho e do caráter contraditório da combinação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes. Esta percepção só pode se dar na e pela linguagem.

Diretamente ligado à concepção de uma sociedade dividida em classes está o conceito de ideologia, que será trabalhado pelo autor através de um processo de “dupla face”. A primeira face consiste em processos de produção e, nesse caso, a ideologia é um

procedimento onde conceitos técnicos são destacados de sua sequência operatória e recombinaos em um processo original. Na segunda face há as relações sociais, na qual a ideologia é um processo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais de produção em uma sociedade dividida em classes e, acima de tudo, a divisão fundamental entre trabalhadores e não trabalhadores. Neste caso, a ideologia tem como função fazer com que esses agentes de produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção.

Aproximando essa pequena introdução teórica ao objeto de pesquisa, podemos considerar, para início da contextualização sociológica da pichação que, se a ideologia tem como função fazer com que os agentes de produção reconheçam seu lugar nas relações sociais de produção, o ato de pichar como prática de rebeldia é o afrontamento entre diferentes classes sociais. Este afrontamento produz efeitos de sentido de insatisfação pelo reconhecimento de que uma classe opressora impõe regras, valores e condutas a uma classe oprimida.

O discurso é, nesse panorama, um instrumento da prática política ou, mais precisamente, a prática política tem como função, pelo discurso, reproduzir/transformar as relações sociais. O autor recusa completamente a concepção da linguagem que a define como um instrumento de comunicação de significações que existiram e poderiam ser definidas independentemente da linguagem, isto é, “informações”. A ideologia não existe senão no discurso, por e para os sujeitos.

Os agentes desse sistema (PÊCHEUX, 2014b) reconhecem eles próprios o seu lugar sem terem recebido formalmente uma ordem, ou mesmo sem “saber” que tem um lugar definido no sistema de produção. O processo pelo qual os agentes são colocados em seu lugar é apagado, não vemos senão as aparências externas e as consequências. Todo sujeito é social e dependente das práticas sociais (HENRY, 2014a).

Nesse sentido, Pêcheux (2014b) demonstra os mecanismos de funcionamento do discurso por meio da teoria dos dois esquecimentos. O primeiro diz respeito a ilusão que um sujeito tem de ser a causa do sentido de um seguimento de enunciados, ou seja, ele esquece que o que ele diz vem da formação discursiva na qual ele está inserido e não de sua competência linguística; o segundo corresponde à falsa evidência de que as frases e os enunciados que produz são combinações suas, livres e fruto de deliberação individual. O esquecimento nº 1 se resolve no interdiscurso e no inconsciente da FD e o nº 2 no intradiscurso do enunciado/da frase.

Esses dois esquecimentos são parte dos pilares que sustentam o estudo do discurso. O primeiro esquecimento diz respeito a posição do sujeito como suscetível a uma ideologia, que por consequência é reflexo de uma sociedade e não apenas de um indivíduo. Já o segundo é o processo de construção no qual estão envolvidos os aspectos linguísticos. Assim, temos a união de dois importantes pontos: o contexto histórico-sociológico e os elementos linguísticos.

Pêcheux (2014b) afirma que o sujeito se ilude duplamente, pois ele esquece que é assujeitado pela formação discursiva em que está ao enunciar e por acreditar que pode controlar os sentidos do seu discurso. É nessa dinâmica que se encontra a relação imaginária que o sujeito possui com o discurso.

A delimitação de um enunciado ou de uma sequência discursiva é passível de um discurso-outro como espaço virtual de leitura identificado através de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações em suas múltiplas formas. Esse discurso-outro enquanto marca de algo que é suscetível de se realizar dentro da sequência, sinaliza, do interior de sua materialidade, a insistência do outro como obrigatoriedade de um acontecimento dentro de um espaço social significado por uma memória histórica.

Pêcheux (2014b) afirma que o discurso deve ser entendido como efeitos de sentido entre indivíduos A e B. Essas posições são determinadas dentro da estrutura de uma formação social e representadas pelas formações imaginárias que o sujeito A tem de si, de B, do que diz a B e, na contraparte, pelas formações imaginárias que o sujeito B tem de si, de A e do que diz a A.

De acordo com o autor, para averiguar essas imagens devemos considerar as condições em que o discurso irrompe, visto que ele é um objeto imaginário e não a realidade física. Essas formações imaginárias são responsáveis pelas antecipações das significações da realidade. Ou seja, as condições de produção do discurso mesclam o jogo de imagens no qual o sujeito está inserido (as formações imaginárias a respeito de sua própria posição e da posição do outro) e a situação concreta historicamente determinada. Pêcheux explica:

Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o “espera”. (PÊCHEUX, 2014b, p.77)

Pêcheux, quando discorrendo sobre as condições de produção de um discurso, identifica a existência de dois esquemas que foram base para as teorias da comunicação: um esquema

reacional e um esquema informacional. O esquema reacional deriva das teorias do comportamento linguístico geral fundamentadas em “estímulo-organismo-reposta”. Já o esquema informacional tem sua origem nas teorias sociológicas e psicossociológicas da comunicação e seu funcionamento acontece através do esquema “emissor-mensagem-receptor”.

Considerando as análises de Pêcheux, o primeiro esquema não será utilizado, pois não se encaixa muito bem dentro na justificativa de um discurso-outro usado nessa pesquisa. Em oposição ao primeiro, no sistema informacional – complexificado por Pêcheux à luz de uma teoria materialista do discurso –, para ser operante, a mensagem requer um contexto histórico ao qual ela remete, captada pelo destinatário através de um código comum no mínimo ao destinador e ao destinatário.

O efeito da complexificação operada por Pêcheux no esquema comunicacional implica que uma sequência verbal é mais do que transmissão de informação. O discurso não é apenas a transmissão de informação entre A e B, mas mobilização de efeitos de sentido entre os pontos A e B. Para o autor:

[...] em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações). Acrescentamos que é bastante provável que esta correspondência não seja biunívoca, de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições, e isto não ao acaso, mas segundo leis que apenas uma investigação sociológica poderá revelar”. (PÊCHEUX, 2014b, p.82)

A seguinte figura criada pelo autor explica melhor esse processo de projeções:

Figura 1 - Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A {	$I_A(A)$ Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	“Quem sou eu para lhe falar assim?”
	$I_A(B)$ Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	“Quem é ele para que eu lhe fale assim?”
B {	$I_B(B)$ Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	“Quem sou eu para que ele me fale assim?”
	$I_B(A)$ Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	“Quem é ele para que me fale assim?”

FONTE: PÊCHEUX, 2014a, p.82

Convém agora acrescentar que o referente (R), ou seja, o contexto no qual o discurso emerge é um objeto imaginário (o ponto de vista do sujeito) e não uma realidade física.

Figura 2 - Referente

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
A	$I_A(R)$	“Ponto de vista” de A sobre R	“De que lhe falo assim?”
B	$I_B(R)$	“Ponto de vista” de B sobre R	“De que ele me fala assim?”

FONTE: PÊCHEUX, 2014b, p.83

Assim, A tem para si as representações que faz de si mesmo, as representações que faz do receptor no contexto no qual o discurso surgiu e vice-versa. É importante ressaltar também que se trata de antecipações, ou seja, esse processo acontece antes de uma possível resposta de B para A e A para B antecipando possíveis efeitos de sentido. Portanto, devem ser pensadas como derivadas de $IA(A)$, $IA(B)$ e $IA(R)$.

O autor também afirma que essa antecipação está diretamente relacionada com a “distância”, não física, mas, ideológica entre A e B. O autor explica que:

[...] a antecipação de *B* por *A* depende da “distância” que *A* supõe entre *A* e *B*: encontram-se assim formalmente diferenciados os discursos que se trata para o orador de *transformar o ouvinte* (tentativa de persuasão, por exemplo) e aqueles em que *o orador e seu ouvinte se identificam* (fenômeno de cumplicidade cultural, “piscar de olhos” manifestando acordo, etc). (PÊCHEUX, 2014b, p.84)

Assim, em um estado *n* das condições de produção do discurso *Dx*, em que *A* se dirige a *B* a propósito de *R* (referente) temos o seguinte esquema, no qual uma representação imaginária é formada, considerando o mesmo contexto, pela representação imaginária de *A* sobre ele mesmo, a representação imaginária de *A* sobre *B*, a representação de *A* sobre o referente, a representação que *A* acredita que tenha sobre si, a representação que *A* acredita que *B* tenha sobre ele mesmo e a representação que *A* acredita que *B* tenha sobre o referente. E vice-versa.

Figura 3 - Representações em AB

$$I_x^n(A, B) = \left\{ \begin{array}{l} I_A^n(A) \\ I_A^n(B) \\ I_A^n(R) \\ I_A^n(I_B^n(A)) \\ I_A^n(I_B^n(B)) \\ I_A^n(I_B^n(R)) \end{array} \right\}$$

FONTE: PÊCHEUX, 2014b, p. 84

Para Pêcheux a percepção que um tem de outro é baseada em um “já ouvido” e um “já dito” através dos quais se têm as formações imaginárias. As projeções que *A* tem de *B* e vice-versa não são surgidas espontaneamente, partem de discursos pré-existent. Nessa pesquisa é possível identificar a presença desse “já dito” nos elementos pré-construídos do discurso.

Reformulando, o jogo de imagens nada mais é do que a significação que o sujeito discursivo é levado a ter sobre a sua própria existência, assim como a projeção que faz sobre a situação do interlocutor, e vice-versa. Essas projeções fazem com que surjam os efeitos de sentido do discurso, assim como causam o efeito de pertencimento ou não ao momento histórico enunciado. Nas palavras do autor:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de *condições de produção dadas*: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal

interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da *relação de forças* existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 2014b, p.76).

Nem todos os elementos linguísticos e relações ideológicas contidos nas relações imaginárias têm o mesmo efeito. Um deles sempre se sobressai e, o que define a dominância são as próprias condições de produção num estado dado. Assim, o objetivo de uma análise do discurso, para o autor, é verificar a ligação entre as relações de força (exteriores ao discurso) e as relações de sentido que se manifestam, colocando em evidência as variações de dominância nas condições dadas.

Indicamos mais acima que todo o processo discursivo supunha, por parte do emissor, uma antecipação das representações do receptor, sobre a qual se funda a estratégia do discurso. (PÊCHEUX, 2014b, p.83)

A análise do discurso “revolucionário” do picho caracteriza o contexto histórico no qual os enunciados emergem justificando sua existência e descreve a sociedade no momento de sua produção. É importante ressaltar que o discurso-outro complementa a pesquisa na medida em que essa caracterização parte do ponto de vista do enunciador e da percepção que ele tem do momento histórico e do seu interlocutor, sendo assim, uma representação imaginária. A partir dessa representação podemos descrever os elementos considerados conservadores na pichação.

Pêcheux (2015) singulariza a ideologia considerando que o sentido não está no texto, mas será construído por ele através das formações discursivas. Estas podem ser definidas como os elementos que regem o que pode ser dito por meio de um referencial histórico e as construções linguísticas nas quais se colocam. Dessa maneira, os interlocutores constroem sentidos baseados em ideologias impostas no/pelo convívio social e elas por sua vez, estarão dispostas através das formações discursivas.

A formação discursiva representa uma arena de conflitos, onde o sujeito e o interlocutor se reconhecem como pertencentes ou não a determinado grupo social. O reflexo da ideologia do período histórico no qual o enunciado foi proferido causa o efeito no interlocutor que se reconhecerá parte de um todo ou excluído dele.

As divisões que estabelecem os lugares para os sujeitos face às posições ideológicas são tomadas de acordo com as situações enunciativas. O discurso é responsável por manter,

reproduzir e adaptar os mitos às condições históricas que fazem com que seu funcionamento seja natural para os sujeitos:

Nesses espaços discursivos (...) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo. (PÊCHEUX, 2015, p.30)

De acordo com Courtine (2009), o discurso é a relação entre a língua e os elementos exteriores a ela (quem fala, qual é o sujeito, em que circunstâncias emergiu, como identificar temas dentro de sua existência, em quais condições foi produzido e em quais é compreendido e interpretado).

Para ele o discurso deve ser pensado em sua especificidade, na particularidade de sua existência. A perspectiva discursiva evita que o objeto de estudo seja observado somente por uma perspectiva – ou puramente histórica e ideológica ou restrito à língua:

Em outras palavras, afirmamos que todo discurso concreto é duplamente determinado, de um lado, por formações ideológicas que remetem esse discurso a formações discursivas definidas, de outro, pela autonomia relativa da língua, mas afirmamos também que não é possível traçar a priori uma linha de demarcação entre o que é domínio de uma ou de outra dessas determinações. (HENRY apud COURTINE, 2009, p.33)

Entender que cada elemento tem seu papel e funciona em uma dinâmica sincronizada e dependente, possibilita a compreensão de que a materialidade é a autorização das relações de contradição, antagonismo, aliança, absorção, etc. entre formações discursivas relativas a formações ideológicas diferentes. Com isso, é possível perceber que em um determinado momento histórico, determinada formação discursiva, caracterizada por um determinado estado das relações sociais, define quem pode concordar ou discordar sobre o sentido dado às palavras.

A “transformação” do sujeito pragmático em sujeito ideológico envolve a reprodução de relações sociais, na medida em que o sujeito pragmático não percebe que está sujeito às relações sociais e acredita ser livre para tomar as decisões por si só. Nesse processo de assujeitamento, percebemos que o sujeito ideológico nada mais representa do que uma classe social “materializada” em um sujeito ideológico.

Há uma relação entre classes sociais e diferentes grupos. São realidades complexas que estão sob dinâmicas associadas à lugares e de maneiras opostas ou contraditórias

determinadas por uma conjuntura específica, dentro do regimento de interações postas por uma relação de classes:

[...] posições políticas e ideológicas que não se devem aos indivíduos, mas que se organizam em formações mantendo entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Falar-se-á de formação ideológica para caracterizar um elemento suscetível de intervir, como uma força confrontada a outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social num dado momento: cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem individuais nem universais, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relações às outras”. (HAROCHE apud COURTINE, 2009, p.71)

As formações ideológicas para Courtine envolvem uma ou várias formações discursivas interligadas que explicitam o que pode ou deve ser dito a partir de uma certa relação de posições dentro de um aparelho ideológico regido por uma relação de classes. Toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas e nada mais é do que um grupo de componentes linguísticos que representam “materialmente” as características ideológicas de determinado grupo. É possível dizer que um discurso carrega a dinâmica perfeita entre formações discursivas e formações ideológicas.

Essa relação entre formações ideológicas e formações discursivas é uma rede complexa de elementos na qual as formações ideológicas identificam as posições de classe dentro do sistema, e nela podemos notar através de posições ideológicas antagônicas, o que se pode falar dos objetos temas. As formações discursivas, por sua vez, são o meio no qual as formações ideológicas se materializam em língua, e é através de seus elementos linguísticos que podemos desenvolver conclusões sobre o dito e o não dito que nos mostrem o processo de assujeitamento do sujeito pragmático em sujeito ideológico.

Após essa pequena exposição sobre as formações ideológicas e discursivas feitas por Courtine (2009), retomamos Pêcheux (2015) que diz que o enunciado materializa o acontecimento e é o sintoma material dos mitos e ideologizações do momento histórico no qual emerge. O que caracteriza um enunciado e permite a sua análise é, dentre outros fatores, a singularidade histórica de sua existência.

Para ele, o sujeito pragmático sente a necessidade de uma homogeneidade lógica e tende a lutar contra o movimento natural do discurso para tomar o controle de suas ações. Mas, a existência de vários pequenos sistemas lógicos da vida cotidiana (desde pequenas tarefas domésticas até as grandes decisões) mostram que todos os processos de tomada de decisão recebem necessariamente a influência de um contexto histórico, cultural e social que guiam as “escolhas”.

Dessa maneira, a singularidade histórica pode ser identificada através do pressuposto de que o que rege o discurso é a influência cultural e social – o verdadeiro da época, nas palavras de Pêcheux –, portanto, o sujeito pragmático individual só existe enquanto posição marcada nas/pelas formações ideológicas e discursivas, ou seja, o sujeito pragmático é o efeito mais “bem acabado” do funcionamento discursivo.

Para Pêcheux (2014b) a formação ideológica é a filigrana reguladora de uma formação social, ou seja, é possível identificar um modo de produção específico responsável, direta ou indiretamente, pela estruturação da sociedade em classes sociais e essa sistematização de fundo regula a maneira como, em um determinado momento histórico, torna-se possível o exercício das competências simbólicas. É por isso que, para a ADF, o ser no mundo não se define por indivíduos isolados – dotados de liberdade e vontade –, mas por relações – antagonismo, aliança, dominação – de classes. Uma formação ideológica é um conjunto complexo de representações que não são nem individuais nem universais, mas que se relacionam diretamente a posições de classe em dinâmica umas com as outras em um momento dado.

A expressão dessa estrutura ideológica são as formações discursivas, que determinam o que pode e o que deve ser dito a partir de um referencial em uma certa conjuntura. Não se trata apenas das palavras usadas, mas também das construções nas quais essas palavras se combinam. Para o autor, as formações discursivas são elementos diretamente relacionados com as formações ideológicas. Courtine (2009) discorrendo sobre formações discursivas comenta que:

É no interior de uma formação discursiva que se realiza o “assujeitamento” do sujeito (ideológico) do discurso. Pode-se designar pelo termo de processo discursivo “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimos, etc., funcionando entre elementos linguísticos (PÊCHEUX, 1975, p. 146) que aparece como matriz de constituição do sentido para um sujeito falante no interior de uma função discursiva. (COURTINE, 2009, p.73)

Considerando o exposto acima sobre o discurso, podemos agora delimitar o discurso revolucionário como aquele que rompe com determinada corrente de pensamento vigente em determinada época e em determinada parcela da sociedade. Essa ruptura é acompanhada, no caso do discurso revolucionário na pichação, de formações rebeldes, revoltadas e subversivas.

Se considerarmos o exposto no início da seção sobre a relação de classes e sua importância para o desenvolvimento da teoria do discurso, podemos concluir que se a ideologia é algo que produz e mantém as diferenças necessárias ao funcionamento das

relações de produção em uma sociedade dividida em classes, podemos adiantar que, em tese, o discurso revolucionário tem como principal característica evidenciar o desnível entre classes.

Pêcheux discorre sobre o movimento de ruptura como algo “natural” no qual há uma corrente de pensamento que, após ser questionada, passa por um processo de transformação. No caso do estudo do discurso revolucionário via pichação, estamos observando o fenômeno em um de seus pontos mais agitados: o momento em que duas correntes ideológicas estão em contradição e passam por um estágio de negação.

Esse reconhecimento se dá através do momento histórico no qual a tensão existe, logo, se considerarmos a relação entre a história e a ideologia temos o discurso revolucionário posicionado como oposição. Temos assim um grupo ideológico que se opõe a determinadas características do sistema vigente e busca contestar o que lhe é “imposto”. Como dito anteriormente, o sujeito pragmático muitas vezes não é consciente do papel que desempenha, mas as percepções históricas e regras sociais de seu grupo determinam a sensação de pertencimento desse indivíduo e sua atribuição social.

Se o discurso é carregado de ideologia, o que caracteriza a posição onde o sujeito ideológico está é a oposição. Ao tomar conhecimento de outros lugares sociais onde poderia estar, o sujeito está passível de sentir-se não pertencente através de efeitos de sentidos trazidos por outros discursos. É nessa dinâmica entre posições que está o discurso revolucionário na pichação.

Como dito anteriormente, é no discurso que os agentes se reconhecem e nos efeitos de sentido que encontram o ideológico. O sujeito revolucionário enxerga a si mesmo como agente de mudança do que acredita “estar errado” e projeta em seus enunciados a ilusão de que nega isso radicalmente.

Quando consideramos o discurso outro na posição do contraventor, podemos dizer que esse sujeito, através das formações imaginárias, visualiza o outro em uma situação privilegiada à sua, ou melhor dizendo, os efeitos de sentido causados pela percepção que o sujeito tem de sua posição social faz com que projete no outro os elementos aos quais não tem acesso.

O sujeito pragmático enuncia na pichação sua revolta e descontentamento com um certo modo de ser. No contexto histórico no qual o discurso emerge é possível notar que as formações imaginárias são em parte relacionadas à marginalidade e ao espaço urbano. Como a revolta é dirigida à sociedade ou está relacionada à vivência urbana, a cidade se torna palco

do ato, como se fosse um “pagamento na mesma moeda”. O rebelde prevê e experimenta a sensação do outro ao enunciar em um muro.

No documentário *Cidade Cinza*, por exemplo, Otávio Pandolfo fala sobre a sua percepção do que é a cidade:

A cidade aqui parece que não é feita para pessoas, parece que é feita para carros, para os robôs que tem uma rotina diária de ir para o trabalho, voltar do trabalho, fazer todo o dia a mesma coisa. Tem uma época do ano que vai e faz alguma coisinha diferente. Uma vez ou duas vezes no ano [...]. São Paulo é uma selva de concreto, é prédio, prédio, prédio, prédio. Quando mais se constrói é mais prédios, menos árvores e menos parque. E mais prédio, prédio, prédio. Vai meio que construindo um muro em volta, você tem que escapar, de alguma forma você tem que fugir disso. Essa é a histórica do grafite e do picho. E também tem aquela coisa do jovem estar falando. É muita gente falando se você parar para olhar. Não é só o grafite, é a pichação. É muita gente se manifestando e falando. O cara tá lá escrevendo porque ele precisa falar precisa botar para fora alguma coisa sabe¹.

No mesmo documentário o grafiteiro Francisco Rodrigues, conhecido como Nunca, reforça a visão da cidade como algo que limita. O aspecto revolucionário do grafite e da pichação de acordo com a percepção de espaço que o grupo ideológico dos pichadores tem é:

Desde o primeiro cara que pegou o spray e riscou qualquer coisa na rua ele já tá de certa forma questionando isso, como a cidade pode ser usada. Não só para o espaço público ... não só para veicular um produto, pra vender um carro, ou qualquer coisa assim, mas para fazer arte também. Não é uma arte que só uma pessoa tem².

O pichador Ze³, diz em sua entrevista para o documentário *Pixo* que: “é a arte da metrópole que carrega tudo. Tem o egoísmo, tem a perversidade, tem o querer atingir o inatingível de ser o melhor”.

Ainda sobre esse relacionamento com a cidade, Margarida Pandolfo (a mãe de Otávio e Gustavo Pandolfo, conhecidos como Gêmeos) diz que eles sempre foram chamados de marginais porque o grafite sempre foi considerado como algo próprio de indivíduos à beira da sociedade. Ela diz que os filhos começaram a ser percebidos como artistas após terem seus grafites reconhecidos internacionalmente.

Essa “passagem” de picho para grafite será tratada na seção 2 onde apresentamos a pichação nos dias de hoje, aqui gostaríamos reforçar uma das características da pichação apontada por Pandolfo: a marginalidade. O grupo ideológico dos pichadores projeta sua percepção de exclusão e marginalidade na questão da limpeza. O grupo ideológico que se

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svFLNSQevag>

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svFLNSQevag>

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

posiciona contra a pichação usa o termo “cidade limpa” para referir-se à organização urbana sem pichos. Em contrapartida, os pichadores ao anteciparem a percepção dos cidadãos “limpos” usam a desorganização para protestar e causar incômodo.

O pichador Choque diz que ao mesmo tempo em que a cidade é fechada por muros e separada entre zonas nobres e periferia, a pichação também procura fechar. Por um lado, a exclusão por delimitação territorial, e por outro, a exclusão por códigos e mensagens. Ele diz que: as mensagens são “da pichação para a pichação, então na verdade ela não se comunica com a sociedade, ela é uma agressão. Ela é feita para agredir a sociedade⁴”.

Naldo, pichador, opina sobre a exclusão pela marginalização: “o governo quer o povo burro, burro e sem informação⁵”. A marginalidade é abordada nesse momento para reforçar a característica rebelde do revolucionário. Ao observar uma determinada parcela da sociedade, os pichadores, podemos perceber que por ser um grupo que se auto denomina marginal e possui a percepção de si mesmo como uma parcela excluída da sociedade, notamos o estopim para que o ato revolucionário seja concretizado.

Fábio, no documentário *Cidade Cinza* reforça essa característica rebelde: “a arte de rua nasceu como transgressão. Quem quer fazer grafite e pichação vai continuar fazendo⁶”. Um pichador anônimo participante do documentário *Pixo* complementa o conceito de rebeldia falando sobre a contraversão:

A gente mete o foda-se tá ligado? A gente chega ali tem um par de burguês e zé povinho, um bando de hipócrita. Chega lá e mete o rolo. Mete a cara larga. E se vim falar merda, debate. E até bate no cara. A gente debate mesmo, é para afrontar. Não tá nem aí mesmo, pichador quer escancarar mesmo, é anarquia pura, é ódio⁷.

Choque, caracteriza o grupo dos pichadores como: “eu acho que tem três principais motivações de um pichador se envolver com essa cultura de rua: o primeiro é o reconhecimento social, o segundo é o lazer e a adrenalina, e o terceiro é o protesto⁸”.

No programa *Profissão Repórter*, três pichadores anônimos, com os rostos desfocados pela edição, chacoalham uma lata de tinta spray e dizem:

Pichador 1: Nossa arma é essa aqui ó! (mostra a lata).

Pichador 2: Nossa forma de se expressar é essa daqui ó na tinta...

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=svFLNSQevag>

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

Pichador 3: Nós queremos mostrar que nós estamos vivos também, mostrar nossa passagem na terra. A pichação não é só você fazer um rabisco ali, tem que ter reconhecimento⁹.

No mesmo episódio de *Profissão Repórter*, o pichador Tatei fala sobre a forma de protestar:

A gente vai para os muros para depois sair na internet, no jornal, na tv. A nossa parte a gente está fazendo. A gente mete nos muros o protesto e a indignação, e acabou. [...] na casa do cara que está errado, ou se não tem muro na casa dele, a gente faz na frente, no vizinho. O que importa é a gente chegar lá e deixar uma mensagem para ele. Quando ele acordar de manhã, ele vê lá e pensa: o cara lá está enchendo meu saco. Eles podem não ser preso nem nada, mas a pichação vai complicar eles.

Acima temos algumas falas de pichadores que junto ao contexto histórico da pichação (descrito na próxima seção) nos apontam as características ideológicas do sujeito discursivo que enunciará sob a regência de um discurso revolucionário. Considerando esse contexto selecionamos algumas falas de interlocutores, que, como parte do discurso outro, também tem as suas representações do sujeito discursivo.

A imagem que o interlocutor tem do sujeito pragmático é de um típico estereótipo: adulto, sem ensino básico completo e morador da periferia. O pichador Farelo fala sobre isso: “eu tenho o terceiro grau, sou formado em direito. Aí o cara fala: puta, o cara é pichador e formado em direito! Ele está fazendo o oposto e burlando a lei. Só que pichador em si tem uma linha de raciocínio coerente, não somos ignorantes, somos protestantes¹⁰”.

No episódio do *Profissão Repórter*, uma interação entre o repórter Caco Barcellos e um trio de pichadores deixa evidente qual a percepção da parcela da população que é contra a pichação:

Caco Barcellos: o que é que vocês fazem?
 Pichador Anônimo 1: nem todos os pichadores são vagabundos, bandidos [...] porque eu sou trabalhador.
 Caco Barcellos: o que você faz?
 Pichador Anônimo 2: eu trabalho com mercado e varejo.
 Pichador Anônimo 1: eu sou técnico da NET¹¹.
 Caco Barcellos: casado, com filhos?
 Pichador Anônimo 1: casado, com um filho de 19 anos, faz faculdade, engenharia de produção.
 Caco Barcellos: ninguém imagina isso¹².

⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5322335/>

¹⁰ Disponível em: [tps://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew](https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew)

¹¹ Empresa brasileira de serviços de telecomunicação.

¹² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5322335/>

No programa *Altas Horas*, o apresentador Serginho Groisman entrevista um grupo de pichadores em um quadro chamado *Qual É???* no qual o grupo explica o que é pichação e o porquê do movimento. Quando a exibição do quadro termina o músico Rogério Flausino, convidado do programa, expõe o que achou da entrevista:

Rogério: Esse vídeo não acrescentou absolutamente nada, eu só consegui ter a certeza de que são uns idiotas (público aplaude). Você vê o cara falando ... você vê que o cara não consegue concluir ... o mais próximo que a gente chegou de alguma coisa talvez fosse o “estamos fazendo um protesto porque estão construindo um prédio na frente de casa e o sol não bate mais aqui, eu vou pichar tudo”. Tá bom, mas quem vai limpar? Quem vai pagar para limpar? Quem vai tirar? O cara faz um grafite, uma arte maneira, às vezes por conta própria, às vezes pediu permissão para prefeitura, ou não, enfim ... é uma arte legal ... aí você vai lá e rabisca tudo? O cara entra numa galeria de arte e pinta por cima dos quadros? Com que direito você vai lá e estraga um quadro que alguém pintou?

Outra convidada acrescenta: - E anula o trabalho do outro?

Rogério: Qual é bicho, quem é você? Porque você acha que pode fazer isso? Isso é ridículo! O cara foi expulso da faculdade porque pichou a faculdade? Um idiota. Todo mundo ali é um idiota. Sinceramente? Não acrescentou nada¹³.

João Dória, ex-prefeito de São Paulo, causou polêmica em seu mandato ao criar uma lei para combater a pichação (discutimos um pouco mais sobre isso na seção 2). O próprio ato de criar a lei representa um diagnóstico para o rebelde, mas além disso, o ex-prefeito também enuncia a sua percepção sobre os pichadores: “A prefeitura não vai ter tolerância com pichador. Não há diálogo com contraventor. Todo pichador é bandido¹⁴”.

Em uma segunda declaração diz: “Isso acontece com anuência da prefeitura. Vamos coibir isso. Vandalismo tem que ser tratado como caso de polícia. É uma agressão contra a cidade. Ela tem que ser respeitada¹⁵”. Em uma terceira entrevista ele comenta um episódio em que um mural do grafiteiro Kobra é pichado: “O Eduardo Kobra é um artista, um grafiteiro, um muralista. Ele foi agredido com essa pichação. Isso revela a índole dos pichadores. Eles não querem bem a cidade¹⁶”.

No documentário *Picho* é exibido um episódio em que uma universidade de belas artes é pichada. O José Campos de Oliveira, funcionário da universidade, diz:

José Campos de Oliveira: Você acha que isso aí é beleza? O que que tem de lindo nessa porcaria? Isso aqui é coisa de incompetente, de pessoas frustradas, um cara que não vê um objetivo na vida. Eles gostam dessa porcaria? O cara é analfabeto!

¹³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JzH2jMeC0Qc>

¹⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1855912-todos-os-pichadores-de-sao-paulo-sao-bandidos-diz-doria.shtml>

¹⁵ Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/filho-de-brecheret-ve-ligacao-entre-pichacao-e-debate-eleitoral/>

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CBEhyJrkz6o>

Estudante 1: o melhor é que o cara fala que isso é arte. Arte aonde???

José Campos de Oliveira: beleza é um pôr-do-sol, são as cores do espectro maior solar, da luz branca de onde vem as cores que nos alegram no dia-a-dia, isso é arte. Não essa porcaria.

Barthes (1975) expõe que existe somente uma linguagem que não é mítica: a fala revolucionária. Para ele, o revolucionário não pode tornar-se um mito, pois a revolução tem como propósito revelar o aspecto político do mundo. Ao revelar uma trajetória, posicionar-se contra e ser aceito pela comunidade, o que era revolucionário é absorvido pelos saberes da sociedade, deixando claro o propósito de sua existência e o valor de todo o processo de revolução. Assim “é por produzir uma fala plenamente, isto é, inicialmente e finalmente política, e não, como o mito, uma fala inicialmente política e finalmente natural, que a revolução exclui o mito” (BARTHES, 1975, p.166)

Barthes diz que o oprimido tende a modificar o mundo através de uma linguagem revolucionária. Já o opressor tende a querer conservar o mundo. O oprimido usa a linguagem que remete aos atos e relações humanas e sociais para tentar modifica-los, logo, é de maior dificuldade produzir um mito a partir dessas caracterizações. Já o opressor, que tende a manter, reproduz uma linguagem e a transforma em real, deixando os meios pelos quais o mito naturalizou-se representado por linhas imperceptíveis, caracterizando dessa maneira, o mito.

Barthes (1975) diz que há uma vacina por parte do conservador ao revolucionário, que consiste, em geral, expor o mal de uma instituição de classe para camuflar a sua origem. Ele diz quem se há um “vírus mortal”, o imaginário coletivo é imunizado através de uma pequena inoculação desse mal reconhecido e defendido contra uma subversão generalizada. Em outras palavras, fazer com que o que era revolucionário seja incorporado, camufladamente, para que o aspecto “malvado” seja perdido e esquecido. Discorreremos sobre isso na seção número 2, quando discutimos grafite x pichação.

As pichações, *a priori*, são tidas como contraventoras. Isto está atrelado à sua condição de ilegalidade na legislação brasileira e também ao desejo de ilegalidade preconizado pelos próprios movimentos de pichadores. No entanto, há uma diferença entre as marcas deixadas nas paredes e seu significado quando se lê o que está escrito. Entre a forma e o conteúdo, pode haver – e há, como demonstraremos a seguir – uma ruptura entre o caráter subversivo de uma prática e aquilo que esta prática produz como texto, ou seja, como produto desta subversão.

1.2. Enunciado e Interdiscurso

As pichações, *a priori*, conforme demonstramos nos apontamentos sobre o discurso revolucionário, são tidas como contraventoras. Isto está atrelado à sua condição de ilegalidade na legislação brasileira e também ao desejo de ilegalidade preconizado pelos próprios movimentos de pichadores dos quais recuperamos algumas falas anteriormente. No entanto, há uma diferença entre as marcas deixadas nas paredes e seu significado quando se lê o que está escrito. Entre a forma e o conteúdo, pode haver – e há, como demonstraremos – uma ruptura entre o caráter subversivo de uma prática e aquilo que esta prática produz como texto, ou seja, como produto desta subversão.

Nosso *corpus* procura atender à regularidade por meio da observância de elementos chave que definem os eixos semânticos de análise: maternidade, beleza, sedução. O efeito de sentido de “ser mãe”, por exemplo, recorrente nos enunciados-picho atinentes ao eixo da maternidade configura uma “evidência” sobre a mulher que perdura, de modo conservador, através de diferentes temporalidades. Esta permanência, que pode ser sintetizada sob a forma do enunciado de referência “Toda mulher é/deve ser mãe”, é regulada por uma rede interdiscursiva que mobiliza o religioso, o político, o biológico e inscreve este microuniverso das pichações no espaço do “dizer o mesmo”, apesar da prática contraventora mobilizada para tanto. Isso nos remete à seguinte afirmação de Pêcheux:

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (...). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2015, p. 53)

Em outras palavras, apesar de ser denominado contraventor pelos adeptos da pichação, em particular, e pelo “senso comum”, em geral, os enunciados pichados, não raras vezes, reproduzem valores vinculados ao discurso conservador que vão de encontro às premissas do que poderíamos denominar como “posição oficial de uma formação discursiva contraventora”. Para o desenvolvimento desta hipótese, recorreremos à conceptualização do interdiscurso e sua implicação do enunciado. O movimento do que se diz em direção aos campos de saber – jurídico, religioso, acadêmico (especialmente, por meio de uma fala revolucionária tipicamente advinda de movimentos sociais pró-minorias) – constrói efeitos de verdade sobre o que é a pichação.

Foucault (2012) introduz a sua elucidação sobre o enunciado apontando a diferença entre ele e uma frase ou proposição, uma vez que as palavras podem ser comumente confundidas. Frase ou proposição são unidades que a gramática ou a lógica reconhecem como um conjunto de signos e são caracterizadas pelos elementos que a compõe e pelas regras de construção que as unem.

Ele diz que podemos ter um enunciado formado por uma frase, mas não podemos considerar uma frase um enunciado quando nos referimos somente a existência de palavra ou uma sequência de palavras funcionando como uma unidade linguística isolada.

É, inclusive, aceito como enunciado uma sequência de palavras arranjadas como frase, mesmo que não sigam as regras gramaticais apropriadas. Qualquer série de signos, figuras, grafismos ou traços pode ser um enunciado. Mesmo sequências confusas e difíceis de entender do ponto de vista gramatical podem ser um enunciado. A única condição para que isso aconteça é que sejam passíveis de interpretação.

Foucault (2012) afirma que o foco da análise de um enunciado não é o ato da fala ou sua forma escrita, a intenção do indivíduo que enuncia, assim como não devemos considerar as consequências desse enunciado para o receptor. O que importa é o que se produziu com a enunciação em circunstâncias determinadas. É possível que existam dois ou mais enunciados diferentes que se refiram a diferentes conjuntos discursivos. As condições para que isso aconteça é que não se encontre mais de uma proposição sujeita a um único valor, que ela obedeça a um único conjunto de leis de construção e que admita as mesmas possibilidades de utilização.

Nas palavras de Foucault:

[...] o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ao ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e suas independências. Em seu modo de ser singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se a frase está correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem constituída, se o ato está de acordo com os requisitos e se foi inteiramente realizado. (FOUCAULT, 2012, p.104)

Sob essa ótica, o que diferencia uma sequência de signos de um enunciado é o domínio associado. O autor compara a relação do enunciado x domínio associado às relações entre o signo e o seu significado: um não existe sem o outro. Dois enunciados podem apresentar a mesma estrutura linguística, mas ser completamente diferentes.

Todo enunciado precisa ter um correlato e estar ligado a um referencial. Por correlato entendemos um conjunto de domínios em que os objetos de dizer podem aparecer e as relações serem estabelecidas. O referencial é um conjunto de leis de possibilidade, regras de existência e relações entre elementos. Nas palavras do autor:

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados das coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado: define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá a frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade. É esse conjunto que caracteriza o nível enunciativo da formulação, por oposição a seu nível gramatical e domínios de possibilidade, o enunciado faz de um sintagma, ou de uma série de símbolos, uma frase a que se pode, ou não, atribuir um sentido, uma proposição que pode receber ou não um valor de verdade. (FOUCAULT, 2012, p.111)

Nosso *corpus*, por exemplo, é formado por uma série de enunciados que possuem referenciais de um discurso revolucionário. Esses referenciais estão conectados a uma conjuntura histórica materializada em frases, proposições, pichos, enfim, nos mais variados materiais da história. Essas estruturas estão vinculadas a regimes de dizibilidade que determinam, para os sujeitos, posições a serem ocupadas.

O sujeito é uma função determinada que pode variar de um enunciado para outro mesmo que se refiram aos mesmos objetos de dizer. A subjetividade é um lugar vazio em que o indivíduo ou o sujeito pragmático não tem pertinência. O sujeito:

[...] é um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes, mas esse lugar em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. (FOUCAULT, 2012, p.115)

Se uma frase ou um conjunto de signos podem ser chamados de enunciado é porque houve um sujeito que inserido dentro de determinado contexto histórico proferiu aquele enunciado. Analisar um enunciado não é determinar a relação do sujeito pragmático com o momento da enunciação, mas como o que foi enunciado se relaciona com condições discursivas de emergência.

Um enunciado não pode existir sem um domínio associado. Este domínio é formado por várias formulações às quais o enunciado se refere, seja para apenas mencioná-las, seja para marcar uma oposição a elas, mas dentro dessa cadeia, as formulações interagem entre si formando uma grande teia de correspondência.

No domínio associado é o enunciado que possibilita a existência das formulações, sendo a origem e o centro de todas as conexões possíveis. É nele que se abrem as possibilidades para que um enunciado seja reproduzido, propagado e recitado por outros. Ele é formado, assim, pelo conjunto das formulações cujas regras são compartilhadas.

Um enunciado nunca está isolado. A condição para sua existência é estar relacionado a todo um campo adjacente, a uma rede de formulações e a um sistema de verbalização:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro ou independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 2012, p.120)

Por último, o enunciado possui uma materialidade. Para que o enunciado seja visível e passível de análise, é preciso um suporte, uma substância, um lugar e uma data. O que também explica a posição do autor ao afirmar que a enunciação é algo que não se repete. A materialidade faz com que o enunciado seja repetível e lhe atribui as propriedades necessárias para que seja produzido, manipulado, utilizado, transformado, combinado, decomposto, recomposto e destruído. A formulação é um acontecimento no qual é possível apontar espaços, tempos e sujeitos:

Em vez de ser uma coisa dita de forma definitiva – e perdida no passado, como a decisão de uma batalha, uma catástrofe geológica ou a morte de um rei –, o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2012, p.128)

Ao compor uma definição de enunciado de acordo com a Análise do Discurso de linha francesa em seus diálogos com Foucault, devemos destacar a produção, a circulação e a recepção, pois esses são os elementos que constroem o sentido do texto e nos permitem compreender as condições históricas do discurso.

Em nosso *corpus*, por exemplo, temos a presença do seguinte enunciado: “moça, comece uma revolução: pare de odiar o seu próprio corpo”. Derivam daí algumas verdades sintomáticas de nosso tempo, a saber: i) a centralidade do corpo, ou seja, o sujeito é, antes de tudo, alguém que possui um corpo e, de modo pressuposto, esse corpo deve obedecer a um

padrão de difícil manutenção, afinal, não haveria um dizer endereçado à feminilidade aconselhando a não odiar o próprio corpo se qualquer corpo servisse; ii) todos devem estar atentos ao corpo que possuem, mas especialmente a parcela feminina. O vocativo, “moça” evidencia isso. Voltaremos a isso em nossa análise – o que se configura, em nossa leitura, como mito da beleza feminina –, mas pra ilustrar o que discutimos neste momento, essa posição de que devemos ter um corpo adequado à norma não é fruto de uma deliberação individual de alguém específico; também não é exclusividade de uma classe; trata-se de uma “verdade da nossa época”, definida por condições anônimas – no sentido de que não pertence a alguém específico – de regulação. Essas condições anônimas, pulverizadas e funcionais, definem os processos de subjetivação (FOUCAULT, 2012).

O modo como operam, em um determinado momento histórico, os saberes na definição do que pode e deve ser dito/pensado permitem o estabelecimento de regularidades no que se fala e isso funciona como sintoma para a análise dos modos de subjetivação. É na rede interdiscursiva dos campos de saber que o funcionamento discursivo determina, na materialidade dos enunciados, o que os sujeitos devem ser/pensar/dizer.

Nosso *corpus* procura atender à regularidade por meio da observância de três elementos chave, que definem os três eixos semânticos de nossa análise. Cada um desses eixos configura um mito sobre o feminino que perdura, de modo conservador, através de diferentes temporalidades. O primeiro deles é a maternidade. Um dos fios condutores dos enunciados-picho é a ideia de que a mulher tem que ser mãe. O segundo eixo mostra o modo como os enunciados-picho retomam o mito da beleza feminina, ou seja, de alguma forma, a feminilidade atrela-se a um padrão estético. O terceiro e último, o valor da sedução: todo sujeito feminino deve ser seduzido. Para concretizar esses eixos, seguimos algumas pistas linguísticas: para a maternidade, a presença da palavra mãe ou termos-chave associados à maternidade como útero, por exemplo; para o segundo, a presença de termos-chave como “beleza”, “linda”; para o terceiro e último, a recorrência de interjeições como “psiu” que, de uma maneira talvez grosseira, respondem por uma tentativa de seduzir.

Essas definições (ser mãe, por exemplo, é uma posição regulada por uma rede interdiscursiva que mobiliza o religioso, o acadêmico, o político, o econômico) não implicam apenas uma regulação epistêmica, mas também na ordem dos saberes/poderes. Não uma regulação de poder necessariamente atrelada ao poder estatal, hierarquizado, mas aos micropoderes. O universo das pichações, por exemplo, é construído à margem de um poder hierarquicamente superior na sociedade brasileira, mas nem por isso é insignificante nos dizeres sobre a maternidade.

Assim, se o sujeito é uma posição que pode ser ocupada por diferentes indivíduos sob a influência de diversos saberes e perante a dinâmica de diversas relações de poder, o objeto do discurso será sempre constituído nessa relação dinâmica e, por assim ser, o sentido de uma estrutura linguística nunca poderá, de acordo com Pêcheux, ser dado de antemão e de uma vez por todas. Uma pichação cujo objeto seja a mulher inscreve uma posição sujeito no enunciado e essa inscrição exige a retomada de uma rede de saberes sobre o feminino.

A consequência do que precede é que toda descrição (...) está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso. (PÊCHEUX, 2015, p.53)

Foucault (2012) teoriza a relação entre enunciado e interdiscurso (aquilo que acima foi definido como “domínio associado”) por meio do jogo entre os saberes. Courtine (2009) explora a teorização foucaultiana e defende que o interdiscurso está atrelado aos campos de saber, responsáveis pelo que se pode saber/dizer em um determinado momento histórico.

Pêcheux (2015) também defende que todo discurso é atravessado por outro uma vez que são compostos por saberes acumulados que foram exercidos pelo interlocutor e pela retomada de dizeres antecedentes. Sempre haverá discursos amparando, fortalecendo e contestando o discurso corrente, assim como, haverá transformações de sentidos igualmente transpassados por outros sentidos.

Ao refletir sobre a interdiscursividade é de se considerar que, ao identificar a regularidade de um conjunto de enunciados, a análise é guiada a uma caracterização interdiscursiva, já que cada enunciado carrega elementos ideológicos. Assim, ao analisar a formação discursiva de um conjunto de enunciados verificaremos que eles estão unidos por um elemento em comum.

Como afirmamos anteriormente, um enunciado nunca está sozinho, portanto, é necessário que o interpretemos sob a égide de seu vínculo com o interdiscurso. Segundo Pêcheux:

(...) próprio de toda formação discursiva dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que “algo fala” (ça parle) sempre “antes, em outro lugar e independentemente”, isto

é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 2014c, p.149)

Quando o autor diz que “algo fala” refere-se ao interdiscurso, definido como a ligação vertical que conecta os discursos dentro de uma complexa rede de formações ideológicas. Sob esse prisma, o interdiscurso é histórico e linguisticamente dedutível. Ele se apresenta como conjuntos de formulações que resultam de diferentes enunciações que possuem em comum um domínio da memória. Essa, por sua vez, representa a estabilidade de um discurso, ou seja, é o que possibilita a sua repetição. A reprodução de elementos discursivos possibilita a perpetuação de um discurso.

Nesse sentido, o interdiscurso é histórico e linguisticamente dedutível. Ele se apresenta como conjunto de formulações que resultam de diferentes enunciações que remetem a um domínio da memória. A memória, por sua vez, representa a possibilidade movente da manutenção/ruptura de um discurso. No enunciado “Eu não vim da sua costela, você veio do meu útero”, por exemplo, temos uma relação interdiscursiva perpassada por uma memória do discurso criacionista (Eva, a primeira mulher, teria sido criada a partir da costela de Adão, o primeiro homem) versus a delimitação científico-biológica a respeito da origem dos homens/seres humanos (homens não vem de costelas, mas de úteros). Considerando que um discurso incorpora rudimentos de outros discursos que transcorrem múltiplos momentos históricos e são tomados em distintas posições ideológicas, sua representação material em um enunciado torna-se, à luz da memória, uma complexa rede de atualizações e retomadas.

Portanto é através da interdiscursividade que é possível concluir que há uma resistência ao poder, mas também um esforço pela sua manutenção. Se o discurso revolucionário é algo que tenta posicionar-se em um lugar de poder através do saber revolucionário, isso não é um ritual isento de falhas (PÊCHEUX, 2014b), já que na tentativa de ser revolucionário reproduz um discurso contra o qual luta. É nesses termos que se torna indispensável aqui a noção de enunciado dividido proposta por Courtine (2009) no diálogo que ele estabelece entre a AD e a arqueologia foucaultiana.

Se as pichações têm o revolucionário por característica determinante – as falas públicas de representantes do movimento nos meios de comunicação, inclusive, usam esse atributo como condição intrinsecamente ligada à sua existência –, a opacidade da língua conduz a falhas que abrem o revolucionário ao conservador.

Sob essa ótica, a interdiscursividade evidencia uma resistência ao conservadorismo, mas também o exercício inconsciente de sua manutenção. Se o discurso revolucionário se

apresenta nas pichações como anti-poder, isso não é um ritual isento de falhas (PÊCHEUX, 2014d, p. 277), já que reproduz o discurso contra o qual luta:

[...] a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/non sens do sujeito dividido.

Dentre outras questões, essa discussão demonstra que o modo como até então se teorizava a AD era falho no quesito homogeneidade do *corpus*. Sob esse prisma, com o conceito de enunciado dividido, Courtine propõe uma “quebra de espelhos” na AD, ou seja, ele encaminha um modo de analisar que prevê a interferência do outro no um. Essa discussão é essencial para nossa pesquisa, pois, ao construirmos nosso *corpus* a partir de uma série de pichos, percebemos que o discurso revolucionário pode – e anda – andar de mãos dadas com o discurso conservador. É esse efeito de ruptura ou de quebra de aliança observado nos enunciados que justifica a retomada do conceito de enunciado dividido. Revolucionário e conservador convergem nas pichações que analisaremos.

O interdiscurso aqui está relacionado ao enunciado dividido, pois é no interdiscurso que podemos identificar a existência de uma memória discursiva, ou seja, aspectos discursivos regidos por aparelhos ideológicos nos quais é possível encontrar a existência histórica do enunciado. Segundo Courtine (2009) o enunciado dividido é caracterizado por uma discordância interna, ou seja, entre posições sujeito que estão no interior de uma mesma formação discursiva – no caso das pichações, uma FD contraventora.

Em um enunciado dividido as formulações se apresentam em um mesmo espaço discursivo, mas provém de discursos antagônicos. Dentro dessa arena conflitante, o sujeito do discurso evoca a memória discursiva e as afirmações de um discurso externo e as emprega juntamente com os elementos pertencentes ao contexto ideológico antagônico

Se uma posição de sujeito se define como uma relação de identificação do sujeito enunciator com o sujeito universal de uma FD, a especificidade da posição de sujeito no funcionamento polêmico de discurso deve-se ao fato de que essa identificação, pela qual um sujeito falante é interpelado/constituído em um sujeito ideológico, efetua-se em um lugar dividido por uma contradição (COURTINE, 2009, p. 202).

O enunciado dividido pode ser sistematizado pela seguinte expressão: $P\{X/Y\}$. Ela exprime a impossibilidade de substituição dos constituintes que se relacionam dentro das condições de funcionamento da língua, a linha divisória entre o formulável e o não formulável

para cada um dos processos discursivos em cuja articulação contraditória se materializa. As variáveis $[X,Y]$ são, no interior de um dado processo discursivo, dois conjuntos de elementos que assumem um valor antagônico no interior do processo discursivo. Nesse quadro, os elementos nas posições referenciais $[X,Y]$ – morfemas, sintagmas ou formulações, no contexto de uma formulação P – não podem ser trocadas ou substituídas.

Para que $P\{X/Y\}$ seja um enunciado, deve obedecer a duas condições: a primeira estabelece que os conjuntos de elementos que ocupam as posições $[X, Y, P]$ sejam recorrentes em um conjunto de formulações de um processo discursivo. É nessa recorrência que se encaixam os elementos pré-construídos. A segunda condição é que $P\{X/Y\}$ sejam formulações que contrastem no intradiscurso de sequências discursivas onde $P\{X/Y\}$ seja um elemento de saber. Assim sendo, os efeitos de sentidos estão relacionados a divergências sobre o mesmo saber.

Como discurremos acima, o enunciado é diferente de um texto, de uma frase ou proposição, logo, o enunciado dividido não é um objeto abstrato ao qual aplicamos regras de dedução. Ou seja, a sua posição referencial faz com que a questão de análise seja a sua relação com o discurso e com o momento histórico em que se torna materialidade. O foco da análise está na coexistência material dos processos em que se constitui o saber das formações discursivas.

Courtine (2009) também discorre sobre a relação do enunciado dividido com o intradiscurso e a sequência discursiva de referência, com o propósito de demonstrar a maneira com a qual os elementos do saber de uma formação discursiva viram objetos de enunciação.

O autor diz que o intradiscurso de uma sequência discursiva é o lugar de apropriação por um sujeito enunciator de elementos de saber. Essa apropriação tem diversas modalidades, pois a exposição dos elementos de saber produz diferentes efeitos discursivos resultantes de um modo de linearização dos enunciados no intradiscurso.

Há diferentes efeitos discursivos ligados à reformulação de enunciados divididos no intradiscurso da sequência discursiva referência. Dentro dessa discussão, em um enunciado dividido podemos determinar os efeitos de uma dominação ideológica, através dos domínios do saber, e quando nos referimos a isso, não podemos deixar de apontar a importância do sujeito.

O enunciado dividido em sua expressão $P\{X/Y\}$ na qual $[X,Y]$ são posições referenciais na formulação P , temos o sujeito representado no ideológico exposto nas posições referenciais. A particularidade do enunciado dividido com relação à posição do sujeito, é que

podemos nele identificar a relação entre dois sujeitos de saber antagônicos. Courtine (2009) nos mostra uma nova expressão que torna visível a relação entre esses sujeitos: {SU1/SU2}.

Retomando os dois sujeitos existentes tratados no começo da seção, Courtine afirma que:

Se uma posição de sujeito se define como uma relação de identificação do sujeito enunciador com o sujeito universal de uma FD, a especificidade da posição de sujeito no funcionamento polêmico de discurso deve-se ao fato de que essa identificação, pela qual um sujeito falante é interpelado/constituído em um sujeito ideológico, efetua-se em um lugar dividido por uma contradição. (COURTINE, 2009, p.202)

Baseando-nos no exposto logo acima sobre o sujeito no enunciado, podemos traçar a correspondência com o processo de refutação na medida em que, se em $P\{X/Y\}$, X é um elemento de saber representado pelo sujeito ideológico SU1 que é antagônico ao sujeito SU2 cuja ideologia é expressa em Y, Y é a posição onde acontece a identificação contrastiva.

De acordo com Courtine:

As formas completas (ou explícitas) de refutação são aquelas nas quais a estrutura do interdiscurso aparece mais claramente: “os elementos do intradiscurso que constituem, no discurso do sujeito, o que determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito”. (COURTINE, 2009, p.204)

Com relação a citação acima, Courtine diz que o interdiscurso representa na formulação um discurso transversal, pois cruza e conecta entre si os elementos construídos pelo próprio interdiscurso enquanto pré-construído. O interdiscurso rege ao mesmo tempo os enunciados de SU1 e SU2 marcados pelo sujeito ideológico que afirma e o sujeito ideológico que nega.

Entramos assim na discussão proposta por Courtine (2009) sobre o pré-construído e como efeito materialmente expresso pela estrutura do interdiscurso. As formas completas de refutação parecem manifestações da existência de uma contradição ideológica no intradiscurso de uma sequência discursiva:

[...] o que caracteriza efetivamente a forma sujeito, enquanto visa ao mecanismo pelo qual o sujeito enunciador identifica-se ao sujeito do saber da FD que o assujeita, é que ela tende a mascarar a determinação do intradiscurso pela interdiscurso, e até inverter essa determinação: os elementos pré-construídos do interdiscurso são incorporados ou absorvidos pelo intradiscurso; mas essa incorporação é ao mesmo tempo, o objeto de uma dissimulação. Encontramos nas formas de refutação por denegação e por inversão, a ilustração desse mecanismo. (COURTINE, 2009, p.206)

O elemento exterior ao saber da formação discursiva, ou seja, o discurso do outro, o saber do outro, está incorporado no processo discursivo inerente a essa formação discursiva, e no caso do enunciado dividido, com a condição de ser marcado negativamente.

Logo, o autor aponta que essa influência do discurso do outro, essa correspondência entre elementos que estão passíveis de intercambiar-se, marcam a presença de um elemento pré-construído no interior das classes de paráfrase discursivas específicas do discurso antagônico.

A subversão, por exemplo, dentro do funcionamento de um processo discursivo de uma formação discursiva dominante constitui a condição na qual um elemento do saber pré-construído é absorvido pelo processo discursivo de uma formação discursiva dominada como se fosse um elemento de saber pertencente a esta última. Courtine afirma que:

E encontramos, assim, imbricados na existência histórica dos processos discursivos como objeto de uma AD, o linguístico e o ideológico: esses dois modos de reformulação do enunciado dividido, linguisticamente descritíveis, vêm materializar em discurso as formas nas quais a luta ideológica se manifesta na luta política: como guerra ideológica de posição, onde a refutação faz-se por “denegação” (imitar as palavras do outro, opor suas palavras às do outro, lutar palavra por palavra, como se avança passo a passo numa guerra de trincheiras); ou como guerra ideológica de movimento, na qual os efeitos polêmicos se produzem “ao inverso” (apoderar-se das palavras do adversário, delas fazer suas próprias palavras e devolvê-las contra ele, lutar tomando o outro ao pé da letra...). (COURTINE, 2009, p.209)

O resultado de uma investigação sobre o que é a refutação e seus efeitos em um enunciado indica que elas são um traço material da presença do outro e que que marca uma rejeição ou uma recusa.

A ordem da composição dos elementos no interdiscurso de uma sequência discursiva aparece regulada pela própria estrutura do interdiscurso, ou seja, é o cruzamento e influência de diferentes elementos pertencentes a vários interdiscursos que “dita” como é feita a refutação. A disposição dos elementos não depende das escolhas ou decisões de um sujeito enunciator, mas de uma configuração de um saber dentro do interdiscurso.

Após demonstrar como as características discursivas determinam os enunciados analisados são regidos por um discurso revolucionários, mas, são descaracterizados pelas características de enunciado dividido, delimitaremos os conceitos de mito e pré-construído para demonstrarmos as características que determinam o que é chamado de conservador em nossa pesquisa.

1.3. Mito e pré-construído como o natural da história

Nesta subseção apresentamos os conceitos de mito (BARTHES, 1975) e pré-construído (PÊCHEUX, 2014b; 2014c). Partimos do pressuposto de que ambos são complementares e acrescentam novos pontos de observação para a análise. Os dois conceitos foram tidos como necessários para a pesquisa visto que é através do mito e do pré-construído que podemos identificar as regularidades necessárias para afirmar que o discurso “revolucionário” funciona a partir de naturalizações conservadoras.

Anteriormente havíamos discorrido sobre a regularidade de determinados elementos nos enunciados trabalhados. Um dos fatores de regularidade identificado é a presença de determinados valores mitológicos que podem ser sintetizados pelos seguintes enunciados de base: i) toda mulher é/deve ser mãe; ii) toda mulher deve ser bela; iii) toda mulher deve ser seduzida. De que forma entendemos esses enunciados como mitos ou produtores de mitos?

Para Barthes (1975) o mito consiste em uma fala, um sistema de comunicação ou uma mensagem. Todo mito tem sua forma e seu modo de significação sendo delimitado por fatores histórico-ideológicos e condições de funcionamento. Quem define o mito é a história e a própria sociedade. Não há mito eterno; certos objetos permanecem mitos durante determinado tempo, mas logo desaparecem ou são substituídos. Tudo porque, como dito anteriormente, quem dita as regras de um mito é a própria história.

Se considerarmos o mito como uma fala, tudo pode ser um mito. Seu primeiro elemento fundamental é a possibilidade de ser julgado por um discurso. O mito tem limites formais, mas não substanciais, ou seja, pode ser representado de diversas formas, desde que seja julgado por um discurso:

São necessárias condições especiais para que a linguagem se transforme em mito, vê-lo-emos em breve. Mas, o que se deve estabelecer solidamente desde o início é que o mito é um sistema de comunicação, é uma mensagem. Eis por que não poderia ser um objeto, um conceito, ou uma ideia: ele é um modo de significação, uma forma. Será necessário, mais tarde, impor a esta forma limites históricos, condições de funcionamento, reinvestir nela a sociedade: isso não impede que seja necessário descrevê-la de início como uma forma. (BARTHES, 1975, p.131)

As formas de expressão dessa fala mítica são vastas. Pode ser um enunciado escrito, um desenho, uma fotografia, um filme, um evento esportivo, espetáculos, publicidade ou um picho. O mito tem diversas formas de expressão, ou de existência, mas todas elas evocam o mesmo tipo de consciência. O material do suporte é composto em vista de sua significação e é

sempre possível raciocinar sobre o mito independentemente da sua matéria, pois suas representações materiais pressupõem uma consciência significativa.

Para Barthes, é inevitável recorrer à semiologia para falar ou analisar um mito, já que não basta delimitar o fato, mas é necessário também explorá-lo como um valor de equivalência, ou seja, não é suficiente olhar o objeto em sua existência, mas observá-lo dentro do contexto histórico no qual existe.

Quando analisamos um mito, devemos ir além do conceito de que o significante exprime o significado. Devemos considerar todo um sistema composto por vários termos diferentes interligados. O mais importante dessa cadeia não são os termos, mas o que os une.

Figura 4 - O sistema mítico

Língua	1. Significante	2. Significado	
Metalinguagem	3. Signo I. Significante		II. Significado
	III. Signo		

FONTE: BARTHES, 1975, p.131

De acordo com a figura acima, as palavras têm um significante (a representação) e seu significado (o conceito) e a união dos dois elementos forma o signo. O signo do primeiro sistema passa a ser o significante do segundo que junto a um outro significado torna-se outro signo e assim por diante. O mito está no elemento que faz com que o signo do primeiro sistema se transforme em significante do segundo.

Barthes também desenvolve a terminologia apropriada à sua teoria. Neste novo sistema a língua é chamada de linguagem-objeto, pois dela derivará o mito. O próprio mito é chamado de metalinguagem já que é uma segunda língua que ressignifica historicamente a primeira. O significante no plano da língua, ou melhor dizendo, linguagem-objeto, será chamado de sentido, enquanto no plano do mito será denominado forma. O significado será chamado conceito em ambas as camadas, pois não há alterações em sua função. O signo, no plano da linguagem-objeto, permanece sob sua denominação original, mas no nível do mito passa a ser chamado de significação, já que esse terceiro elemento não é apenas formado pelo signo da língua, mas também passa por uma transformação em sua essência: ao mesmo tempo que faz compreender o signo, impõe sua nova significação.

O significante é o ponto de apoio para o mito e desempenha uma dupla função de, (i) material vazio na língua e (ii) material investido no/pelo mito com vistas ao preenchimento ideológico da forma vazia. Melhor dizendo, em sua posição de sentido, o significante tem, nas palavras do autor, uma realidade sensorial, ou seja “[...] são conjuntos plausíveis, dispõem de uma racionalidade suficiente; como total de signos linguísticos, o sentido do mito tem um valor próprio, faz parte de uma história [...]” (BARTHES, 1975, p. 139). A completude semântica do mito consiste em estar associado a um saber, um passado e uma memória.

Um significado pode ter vários significantes assim como um mito pode ter diversas formas. Se há limitações na forma, há uma vastidão de conceitos. Se há poucos conceitos, há uma vastidão de formas. Um dos aspectos mais relevantes para o mito é a repetição de conceitos através de formas diferentes, já que demonstra a repetição de um determinado valor. Como o conceito está relacionado à história, Barthes (1975, p. 142) reforça que “[...] não existe nenhuma rigidez nos conceitos míticos: podem construir-se, alterar-se, desfazer-se, desaparecer completamente. E é precisamente porque são históricos, que a história pode facilmente suprimi-los”.

O mito é formado por um sentido já constituído materializado em sua matéria, e nele, os elementos da forma mantêm uma relação espacial (uma relação de existência) e o conceito é formado por elementos decorrentes de relações associativas. Barthes (1975, p. 143) explica que “A relação que une o conceito do mito ao sentido é essencialmente uma relação de deformação”.

Essa deformação é possível pois, em um mito o significante tem duas faces: uma plena, que é o sentido, e uma vazia, que é a forma. O conceito deforma o sentido, a face plena, em um processo de alienação. O mito metaforicamente situa-se no fim de um sentido, onde a memória é removida e revalorada pelos processos associativos feitos nessa transição; é um valor sem qualquer responsabilidade com “a verdade”.

A transformação do signo em mito tem como referência um determinado período histórico e possui motivação. O mito transmite sua intenção naturalmente. Torna-se habitual, cotidiano e, quando desvendado e ameaçado, renasce através de um novo sistema semiológico:

Atingimos assim o próprio princípio do mito: transforma a história em natureza. Compreende-se agora por que, aos olhos do consumidor de mitos, a intenção, o apelo dirigido ao homem pelo conceito, pode permanecer manifesto sem, no entanto, parecer interessado: a causa que faz com que a fala mítica seja proferida é perfeitamente explícita, mas é imediatamente petrificada numa natureza; não é lida como móbil, mas como razão. (BARTHES, 1975, p.150)

Para o consumidor de mito, todo esse processo de transformação acontece naturalmente. É como se a imagem evocasse o conceito e criasse o significado. Mesmo artificial, o mito consegue se infiltrar no domínio da natureza. Como “uma fala excessivamente justificada” (BARTHES, 1975, p.151), sobrevive naturalmente e inocentemente, tendo sua utilidade aceita pelo leitor e sua existência credibilizada.

A língua é mais facilmente apropriada pelo mito, já que o seu conjunto de signos é mais suficientemente vazio para ser utilizado. Para além da língua, o mito atinge todos os objetos até mesmo os que são contrários à sua existência, ou seja, o mito pode sempre significar a resistência a qual se opõe. Ao dominar o seu sentido, o mito ressignifica a sua oposição e a incorpora.

A matéria prima do mito é o real histórico, logo o mito é a significação desse real. Quando se consome um mito acessa-se apenas um objeto em sua versão final. Os seus processos de produção são esquecidos e os resultados são mantidos. O objeto é alienado tendo em vista que nada mais importa além de sua forma e seu conceito no contexto histórico no qual é apresentado. Para Barthes (1975, p.163):

O mundo penetra na linguagem como uma relação dialética de atividades, de atos humanos: saído mito como um quadro harmonioso de essências. Uma prestidigitação inverteu o real, esvaziou-o de história e encheu-o de natureza, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana. A função do mito é evacuar o real: literalmente, o mito é um escoamento incessante, uma hemorragia, ou, se se prefere, uma evaporação; em suma, uma ausência sensível.

Barthes pensa o político como conjunto das relações humanas e sociais que guia o funcionamento do mundo. O mito está ligado ao objeto através de atos, portanto o signo (significante + significado) não é apenas uma imagem, mas um sentido de um ato. Se um ato não tem sentido para o falante o objeto torna-se vazio e deixa de ter o sentido real como ato humano e se torna apenas uma imagem à disposição. Sendo assim, o mito é uma fala despolitizada, ou seja, tem na naturalidade sua condição de existência e permanência:

Passando da história à natureza o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua evidência, cria uma clareza feliz: as coisas parecem significar sozinhas, por elas próprias. (BARTHES, 1975, p.163)

É essa naturalização da imagem mitológica como guia da prática sócio-política que nos possibilita um diálogo com o conceito de pré-construído. De acordo com Courtine (2009, p. 74), “O pré-construído remete assim às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação”.

Citação, recitação, formação do pré-construído: é assim que os objetos do discurso, dos quais a enunciação se apodera para colocá-los sob a responsabilidade do sujeito enunciator, adquirem sua estabilidade referencial no domínio de memória como espaço de recorrência das formulações (Courtine, 1999, p. 20).

Courtine (2009) afirma que o pré-construído está no interdiscurso, pois é em sua dinâmica que o discurso atravessa e conecta os objetos da enunciação. O interdiscurso é, portanto, o lugar onde o sujeito do discurso é interpelado pelo saber do pré-construído. O assujeitamento do sujeito falante como sujeito do discurso acontece através de sua identificação com o sujeito universal da formação discursiva. O sujeito enunciator é assim, produzido através de um efeito das modalidades dessa identificação.

Em, *A cidade dos sentidos*, Orlandi (2004) afirma que não há opinião pública sem o efeito do pré-construído, sem o estereótipo, sem as ideias recebidas e sem um lugar comum. Esses elementos postos juntos significam a subjetividade como posição emergente de preconceitos, do convencional, das conveniências e da moral social. Para a autora o processo de naturalização ideológica é caracterizado por modelos normativos tornados triviais:

Se, do ponto de vista linguístico o pré-construído responde a formas sintáticas (como o encaixe, as normalizações, as construções com epítetos), apresentando um elemento como se já estivesse lá, do ponto de vista discursivo, mostra que sempre há a relação com um elemento prévio ao discurso, não asseverado pelo sujeito, não submetido à discussão, já esquecido em sua origem e que, no entanto, funciona no dito. Ora, de maneira geral podemos dizer que o efeito de pré-construído procede de “uma concepção de sujeito que não é o sujeito idealista intencional da pragmática linguística, mas um sujeito tomado em uma linguagem em que o pre-asseverado (o já dito) governa o asseverado (o dito)” (R. Amossy et A.H.Pierrot, p.107). O que nos leva a pensar a ligação entre o estereótipo e o pré-construído, vendo o estereótipo, o lugar comum, como o traço de discursos e de julgamentos prévios, comuns, cuja origem já está apagada na formulação particular, individual. (ORLANDI, 2004, p.48)

Tal como observamos nossos enunciados que compõem nosso *corpus*, a subversão e o conservadorismo convergem em um mesmo enunciado pela retomada de uma memória sob a forma de pré-construídos. As pichações são, paradoxalmente, um misto de quebra de paradigma e manutenção de uma ordem que se fundamenta no jogo entre a memória e o

esquecimento, entre o novo e o antigo, a mudança e a tradição. Há, desse modo, dois vetores atuando na memória: (i) o primeiro define a pichação como prática e delineia a presença do anti-machismo e do anti-conservadorismo nos enunciados-picho. Este vetor desestabiliza a regularidade garantida pela lei inserindo valores contraventores; (ii) o segundo, exclusivamente associado aos sentidos do texto pichado, delineia a presença do machismo e do conservadorismo que, em tese, pretende desconstruir. Esse outro vetor do enunciado-picho mantém estável uma regularização pré-existente.

Para Pêcheux (2014c), o pré-construído nada mais representa do que aquilo que se relaciona com uma construção anterior e exterior ao sujeito. Um dos exemplos apresentados pelo autor quando introduz a explicação do que para ele é o pré-construído, está na frase: “aquele que salvou o mundo morrendo numa cruz nunca existiu” (PÊCHEUX, 2014c, p. 87). Nela é possível identificar a presença de um elemento do pré-construído em “aquele que morreu por nós”. Mesmo não estando claramente dito na frase, é possível identificar quem é o indivíduo a que a frase se refere. Isso porque, a formulação “aquele que morreu por nós” enquanto material linguístico tornou-se singular e foi incorporada às formações coletivas. O autor diz:

Foi isso que levou P. Henry a propor o termo “pré-construído” para designar o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é “construído” pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático. (PÊCHEUX, 2014c, p.89)

O referido acima como encaixe sintático é uma condição formal de um efeito de sentido cujo resultado material é uma relação sem simetria e divergente entre dois domínios de pensamento (todo conteúdo do pensamento pertencente a linguagem sob a forma de discurso). A consequência desse processo de formação é a ascensão de um dos domínios sobre a forma do que chamamos de pré-construído, como se ele já estivesse ali.

Pêcheux (2014b) explica que quando um sujeito ideológico é interpelado, ou seja, é “interrompido” ou “alcançado” por um discurso sob a forma de um código linguístico, as formações imaginárias e os efeitos de sentido fazem com que ele entenda sua posição na sociedade. Como exemplo, o autor cita a frase “um soldado francês não recua” em que um indivíduo interpelado entende como “se você é um verdadeiro soldado francês, então você não pode/deve recuar” (PÊCHEUX, 2014c, p.146). Nas palavras do autor:

Desse modo, é a ideologia que, através do “hábito” e do “uso”, está designando, ao mesmo tempo, o que é o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de “desvios”

linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de “retomada de jogo”. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc. evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados.

Com relação ao chamado na citação acima de “caráter material do sentido das palavras e dos enunciados”, Pêcheux (2014c) afirma que ele depende do “todo complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2014c, p. 146) e está sujeito a duas regras.

Na primeira temos que o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe isoladamente, mas que é determinado pelas posições ideológicas onde os sujeitos se encontram sócio historicamente no momento em que essas palavras, expressões ou proposições foram enunciadas (produzidas ou reproduzidas).

Pêcheux (2014c) explica que essas palavras, expressões e proposições mudam de sentido de acordo com as posições sociais daqueles que as empregam, ou seja, os sentidos estão diretamente ligados ao referencial (tempo e espaço histórico) onde o sujeito que profere o enunciado está. Neste momento da explicação o autor define uma formação discursiva como aquilo que a partir de uma determinada posição e conjuntura, regida pelo estado de luta de classes (citadas na subseção 1.1), tem determinado o que pode e deve ser dito.

Para Pêcheux (2014c) as palavras podem receber sentidos diferentes de acordo com a formação discursiva, pois, como dito anteriormente, as palavras não possuem um sentido que seja fixo. O sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações entre suas palavras. Assim como é possível que as palavras mudem de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, palavras diferentes podem, em determinada formação discursiva, ter o mesmo sentido, já que, o sentido é quase que totalmente dependente da dinâmica do enunciado.

Compreende-se melhor, agora, de que modo o que chamamos “domínios de pensamento” (...) se constitui sócio historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, com, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar etc. É por essa via, como veremos, que todo sujeito “se reconhece” a si mesmo (em si e em outros sujeitos) e aí se acha a condição (e não o efeito) do famoso “consenso” intersubjetivo por meio do qual o idealismo pretende compreender ou ser a partir do pensamento. (PÊCHEUX, 2014c, p. 148)

Sobre a segunda regra o autor descreve que toda formação discursiva se esconde na transparência do sentido que nela se constitui através de sua dependência do “todo complexo com dominante” das formações discursivas, dentro do complexo das formações ideológicas.

Desenvolvendo essa ideia, podemos dizer que o funcionamento das formações discursivas disfarça a objetividade material do discurso contraditório, apoiando-se na transparência de seu sentido. O que determina a objetividade material dessa formação discursiva é justamente o fato de que “algo fala” “antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2014c, p.149). O que quer que esteja dito, sob a forma de códigos linguísticos, em uma frase dita em determinado contexto histórico, está sujeito a um não-dito. Como visto acima, as palavras podem assumir diferentes sentidos de acordo com essas condições apresentadas, logo, essa transparência em seu sentido abre caminho para a influência de um não-dito.

Pêcheux (2014c) conclui sua explicação sobre o pré-construído dizendo que o funcionamento da ideologia como interpelação dos indivíduos em sujeitos, se dá através das formações ideológicas trazidas via elementos do interdiscurso desse complexo, e, fornece a cada sujeito (a posição de sujeito, não o indivíduo) a noção de sua realidade através do sistema de significações percebidas. Nas palavras do autor:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob a dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014c, p.150)

Michel Pêcheux (2014b) singulariza a ideologia considerando que o sentido não está no texto, mas será construído por ele através das formações discursivas. Essa, pode ser definida como os elementos que regem o que pode ser dito por meio de um referencial histórico e as construções linguísticas nas quais se colocam. Dessa maneira, os interlocutores constroem sentidos baseados em ideologias impostas no/pelo convívio social e elas por sua vez, estarão dispostas através das formações discursivas.

Reformulando, o jogo de imagens nada mais é do que uma autoimagem subjetiva socialmente construída, assim como a projeção que faz sobre a situação do interlocutor, e vice-versa. Essas projeções fazem que surjam os efeitos de sentido do discurso.

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está ‘isolado’, etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para ‘dar o troco’, o que é uma outra forma de ação política. (PÊCHEUX, 2014c, p.69).

Portanto é possível concluir que o sujeito não é único, as posições ideológicas são tomadas de acordo com as situações enunciativas e influência social – fazendo com que o discurso seja construído de acordo com o lugar, a ideologia e, para situarmos a importância de Barthes, com os mitos de uma dada época.

[...] face ao mito o analista não dispõe de norma que permita definir o que pertence ou não ao *corpus*: ora, em presença de um texto jurídico ou científico, esta dificuldade não parece se colocar, na medida em que existe, nesse caso, uma instituição (científica, jurídica etc.) à qual podem-se referir os textos (PÊCHEUX, 2014b, p. 67).

Reforçando o diálogo da AD com a semiologia barthesiana, podemos entender o final da citação como uma definição bastante acertada do mito como o que permite “[...] uma descrição adequada do universo”. Assim, é possível afirmar que não existe um sujeito único. Não há fronteira que limita o que é sabedoria individual e coletiva. A teoria nos leva à conclusão de que o acontecimento só pode existir como possibilidade de leitura – quase sempre, atravessada por mitos – e não como fato: “Os enunciados remetem ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações” (PÊCHEUX, 2015, p.20).

Portanto, é possível afirmar que os processos que envolvem a criação e disseminação de um mito estão diretamente relacionados com a formação ideológica que produz processos de subjetivação no interior dos grupos sociais. Da mesma maneira, os elementos linguísticos empregados pelo sujeito discursivo determinam a sua posição ideológica ante o mito.

Com efeito, nosso *corpus* procura atender à regularidade por meio da observância de três elementos chave, que definem os três eixos semânticos de nossa análise. Em nossa leitura, cada um desses eixos configura um mito sobre o feminino que perdura, de modo conservador, através de diferentes temporalidades. O primeiro deles é a maternidade. Um dos fios condutores dos enunciados-picho é a ideia de que a mulher tem que ser mãe. O segundo eixo mostra o modo como os enunciados-picho retomam o mito da beleza feminina, ou seja, de alguma forma, a mulher tem que ser bonita. O terceiro e último, o valor da sedução: todo

sujeito feminino está apto ou deve estar a ser seduzido. Para concretizar esses eixos, seguimos algumas pistas linguísticas: para a maternidade, a presença da palavra mãe ou termos-chave associados à maternidade como útero, por exemplo; para o segundo, a presença de termos-chave como “beleza”, “linda”; para o terceiro e último, a recorrência de interjeições como “psiu” que, de uma maneira talvez grosseira, respondem por uma tentativa de seduzir.

No primeiro eixo semântico os enunciados trabalhados retomam a mãe sob duas óticas: a religiosa e a biológica. Do ponto de vista religioso, mãe é a mulher que deu origem à humanidade e é provida tanto de responsabilidades (como manter a família unida, zelar pela manutenção doméstica e participar ativamente da educação dos filhos) quanto de características matriarcais (calma, terna, cuidadosa, prendada, protetora, etc.). A figura materna virtuosa foi predominantemente prescrita por instituições religiosas que em grande parte valorizam a instituição familiar tradicional.

Já a figura da mãe do ponto de vista biológico é identificada nos enunciados como a origem de todas as ações. Todos os seres humanos foram gerados por uma mãe, logo ela é a causa de toda a revolução (citada nos enunciados). A figura biológica ofusca quaisquer outros seres humanos que não sejam mães, já que a causa de todos os atos é o nascimento. Assim, se, por um lado, os pichos constroem uma ideia de mulher forte que deve “ser resistência”, por outro, constroem uma mulher que, na esteira de dizeres centenários, deve ser mãe. Podemos dizer que a *mãe* está relacionada ao mito quando pensamos que a caracterização da mãe vai além da ideia da procriação e algumas características são associadas à ela, ou seja, valores são agregados a figura materna baseados em um pré-construído do que é considerado como uma boa mãe de acordo com as características ideológicas de uma classe social.

No segundo eixo semântico é o pré-construído que aponta a propagação da ideia de que toda mulher deve ser bela ou estar associada a valores relativos à beleza. Os enunciados que analisamos projetam uma espécie de figura feminina ideal e, como qualidade indispensável, está a beleza. Para que a mulher faça parte da revolução proposta pelos pichos, é necessário que ela seja bonita ou sinta-se bonita de acordo com os padrões ideológicos da sociedade. Independentemente de qual é o padrão de beleza estipulado, o mito corresponde à naturalização de que uma mulher deve ser ou sentir-se bela. Em determinados pichos a beleza é condição determinante para uma mudança de estado (de mal para bem ou de só para acompanhada) ou para o início de uma revolução. O mito da beleza como elemento de dominação é altamente disseminado pelos mercados da moda e cosmético.

O terceiro e último elemento semântico identificado é o da sedução, ou melhor, o de que toda mulher deve ser seduzida. O uso da interjeição “psiu” associados a outros elementos da

formação interna de determinados enunciados, nos mostra a presença de um pré-construído no qual as mulheres gostam de ser seduzidas e a abordagem é algo natural e esperado por elas. A significação de mulheres sendo abordadas nas ruas materializa a naturalização de que toda mulher deve/quer ser seduzida

Essas definições (ser mãe, por exemplo, é uma posição regulada por uma rede interdiscursiva que mobiliza o religioso, o acadêmico, o político, o econômico) não implicam apenas uma regulação epistêmica, mas também na ordem dos saberes/poderes. Não uma regulação de poder necessariamente atrelada ao poder estatal, hierarquizado, mas aos micropoderes. O universo das pichações, por exemplo, é construído à margem de um poder hierarquicamente superior na sociedade brasileira, mas nem por isso é insignificante nos dizeres sobre a maternidade, como demonstraremos mais adiante. Relações de poder, em Foucault (2009), são aquelas mais elementares e fundantes e estão presentes nas mais variadas interações ordinárias como as familiares, as profissionais e aquelas em que somos inseridos quando, passeando pela rua, lemos uma pichação na parede. Portanto, podemos dizer que o poder é uma dinâmica na qual afirmações, transformações e inversões interagem e transparecem através do saber evidenciando processos de subjetivação.

2. O CONTEXTO SOCIOLÓGICO DA PICHÇÃO

A seguir apresentamos o contexto sociológico da pichação. Dividimos a seção em duas partes: *a pichação hoje* e *pichação x grafite*. Na primeira parte fundamentamos as condições de produção e delineamos em seguida a trajetória histórica da pichação, reservando a *pichação x grafite* para descrever o movimento em seu estado atual.

Para entender como se encontra a pichação nos dias de hoje, elaboramos uma retrospectiva histórica, a fim de encontrar características ideológicas do movimento e como elas foram sendo moldadas pela história até chegar em sua forma no momento em que os discursos emergiram. Assim, podemos identificar como a pichação está relacionada ao discurso revolucionário, ou melhor dizendo, o que podemos apontar nos discursos que caracterize o enunciado como contraventor, e também, justificar a “surpresa” em encontrar traços de um discurso conservador.

Como dito anteriormente a ideologia faz com que os agentes reconheçam seu lugar dentro do sistema e das relações sociais de produção, então, ao observá-la, entendemos como

esses agentes compreendem o ambiente em que vivem, como se autodenominam e o que dentro do contexto histórico os leva a se posicionarem como tal.

Assim, caracterizar o período histórico faz com que possamos reconhecer os elementos discursivos que constroem a imagem de determinados grupos. Ou seja, quando um discurso surge em um ambiente de resistência, como detalharemos abaixo, podemos identificar que os indivíduos se veem como grupo ideológico de resistência uma ordem vigente. E, ao identificar também, que esses indivíduos contradizem as leis e regras correntes na sociedade em determinado momento, podemos afirmar que eles são contraventores. Desta maneira, analisar os elementos internos e externos do texto nos fará entender como ele funciona e quais as regras as quais está subordinado. O que é comum em determinado período para aquele grupo ideológico? Concordar, discordar, questionar, incitar?

Quem determina o uso da língua é o próprio meio. São os elementos sociais que determinam o que será dito ou não. Se a pichação é autodenominada revolucionária, esperamos encontrar palavras, expressões ou regras que indiquem a revolta deste determinado grupo. Também é esperado encontrarmos atributos históricos que possam indicar que o grupo está indo de encontro ao que é o senso comum.

Se a língua que rege a produção do discurso não é particular ao sujeito e passa por transformações que acompanham o momento histórico no qual os sujeitos ideológicos estão, significa que as normas de comportamento social, assim como a língua, são regidas pelo ideológico em seu momento histórico.

A finalidade em observar os elementos externos e internos é caracterizar o que é revolucionário para o sujeito ideológico e de que maneira esse sujeito transmite esse discurso nos enunciados que emitiu. Nessa seção detalhamos o percurso histórico que a pichação percorreu para se constituir como mito revolucionário.

2.1. Condições de produção e historicidade: a pichação hoje.

Pêcheux (2014b) define as condições de produção como um conjunto de mecanismos formais que produzem um discurso em circunstâncias dadas. Para ele, as condições de produção não são elementos que impedem o fluxo das palavras, mas fazem parte de sua caracterização. Para o autor, o discurso é formado pela junção de língua, sujeito e história, e é através de sua materialidade que se observa a dinâmica entre elas.

Pêcheux (2014b) acredita que quando a língua é pensada como um sistema, ela deixa de ser estudada como algo que tem como função exprimir sentido e passa a ser algo que descreve

um funcionamento, ou seja, o sistema faz com que a língua seja compreendida como mecânico e não como vivo.

A percepção sistêmica da língua faz com que o texto seja objeto da linguística, e não o conjunto de sistemas que regem o funcionamento e autorizam as combinações e substituições. A língua não é regulada por um elemento ou outro, mas pela junção de todos eles. Não é possível separar a língua da fala, caso isso aconteça, é separado o social do individual, quando, na verdade, eles coexistem.

Pêcheux (2014b) apresenta duas formas de definição da língua. Na primeira, o autor a caracteriza como a parte social da linguagem e exterior ao indivíduo, sendo que esse não pode criá-la nem a modificar. A segunda definição é sobre a relação da língua com outras áreas, sendo que para ele a língua é uma instituição social que se distingue de outras áreas como a política, jurídica, etc. A língua é um sistema de signos que exprimem ideias, portanto é a parte mais importante das outras áreas que a utilizam como ferramenta.

Assim, é possível notar que para o autor há um regimento interno e um externo da linguagem. O primeiro trata do sistema de funcionamento que regula a língua, sendo ele o conjunto de leis que regem a formação do texto, já o outro, trata dos elementos sociais que autorizam essa formação dentro de sua classe social.

Além de citar os aspectos sociais para explicar a diferença entre língua e linguagem, Pêcheux cita Ullman para esclarecer a sua visão sobre língua e fala:

Entre os dois termos, a língua e a fala, a antinomia é total. A fala é um ato, logo uma manifestação atualizada da faculdade da linguagem. Ela pressupõe um contexto, uma situação concreta e determinada. A língua ao contrário, é um sistema virtual que só se atualiza na e pela fala. Não é menos verdade que os dois princípios são independentes: a língua não é senão o resíduo de inúmeros atos de fala, enquanto estes são apenas a aplicação, a utilização dos meios de expressão fornecidos pela língua. Decorre daí que a fala é um ato ou uma atividade individual que se opõe claramente ao caráter social da língua. (ULLMAN, apud PECHÊUX, 2014b, p.70)

Pêcheux (2014b) afirma que as normas da língua que regem a produção de um tipo de discurso não são pertencentes ao sujeito, mas envolvem também as transformações que a língua passa no fio do discurso. Essas transformações passam por um processo de produção, caracterizado pelo autor como um conjunto de mecanismos discursivos em circunstâncias dadas.

Assim, de acordo com Pêcheux (2014b), o estudo do processo discursivo envolve duas ordens de pesquisa: o estudo de variações específicas ligadas à língua (semânticas, retóricas

ou pragmáticas) e o estudo das circunstâncias de um discurso (chamadas por ele de condições de produção).

Sobre essas circunstâncias que regem o discurso, Pêcheux (2014b) faz contraponto à ideia de Saussure sobre instituições como o conjunto de regras que regem a sociedade e as relações naturais entre as coisas. Para Saussure essas relações são motivadas em uma relação meio (como) e fim (finalidade), contudo, a língua escaparia a essa regra. Ou seja, para Saussure as instituições são motivadas e a língua não.

Já Pêcheux afirma que as normas de comportamentos sociais são tão imotivadas quanto a língua, ou melhor, as leis que regem as instituições são tão transparentes aos indivíduos, quanto as leis que regem a fala sejam para os seus autores. Pêcheux explica:

Mas o mesmo discurso é tomado pelo sociólogo como uma parte de um mecanismo em funcionamento, isto é, como pertencente a um sistema de normas nem puramente individuais, nem globalmente universais, mas que derivam da estrutura de uma ideologia política, correspondendo, pois, a um certo lugar no interior de uma formação social dada. (PECHEUX, 2014b, p.75)

Considerando os elementos expostos acima, Pêcheux (2014b) afirma que os fenômenos linguísticos superiores à frase podem ser concebidos como funcionamento, mas não como algo apenas linguísticos, mas também regidos por condições de produção: “Em outras palavras, um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas”. (PECHÊUX, 2014b, p.76)

Por fim, para o autor, se o estado das condições de produção é fixado, o conjunto de discursos que podem ser originados nas mesmas condições apresentam invariantes semântico-retóricas estáveis dentro desse conjunto de discursos. Isso indica que é possível apontar determinadas características desse contexto específico analisando as condições de produção.

Assim, para Pêcheux (2014b), é impossível analisar um discurso através de apenas um texto, mas é necessário ter um conjunto de discursos possíveis que emergem a partir das mesmas condições de produção.

As condições de produção que envolvem o picho como prática discursiva estão intrinsecamente ligadas à dinâmica de construção desse enunciado e determinam a complexa teia de elementos que a compõem. Há dois aspectos implicados nas condições de produção: i) internalidade: os aspectos materiais de uma regularidade que confere coerência ao *corpus*; ii) externalidade: aquilo a que essa internalidade remete historicamente.

Para Pêcheux (2015) a linguagem é lugar de poder e tensão, pois a formação ideológica de um sujeito vai ser refletida em sua formação discursiva. Assim, em um enunciado

analisam-se os elementos linguísticos sem desatrelá-los dos aspectos ideológicos, uma vez que o sujeito é constituído pela linguagem e esta, por sua vez, está carregada de ideologia.

As escolhas lexicais acontecem involuntariamente e são inerentes ao sujeito. O posicionamento de um sujeito em determinado momento histórico cultural e as micro relações de poder vividas por ele determinam o uso de suas palavras. As “escolhas”, portanto, não são propriamente, “escolhas”, mas efeitos de uma sobre determinação.

Courtine (2009) diz que o discurso deve ser pensado como uma relação entre a língua e questões exteriores a ela: quem é o sujeito discursivo e como é possível defini-lo a partir de elementos do discurso?; em quais condições esse discurso foi produzido e em quais é interpretado e compreendido; e por fim, como os componentes exteriores à língua encontram-se expressos no discurso e o que justifica sua presença ali?

Courtine (2009) distingue os elementos internos e externos das condições de produção de um discurso, pois dessa maneira os recursos linguísticos – como as contradições, os antagonismos, os pactos e as uniões – pertencentes a diversas formações discursivas, permitem que comparemos formações ideológicas diferentes, em uma determinada condição histórica e ideológica caracterizada por um estado específico de relações sociais.

Ele também diz que na análise do discurso é fundamental determinar as regularidades entre as palavras, sintagmas, frases, etc. que acontecem dentro do texto, pois são elas que definem a estrutura de um discurso. Contudo, reduzir a análise somente aos elementos linguísticos limita a análise do discurso à língua, desconsiderando os fatores externos de produção.

As formações discursivas são inseparáveis das formações ideológicas, pois elas possibilitam a diferenciação de determinadas características em falas semelhantes e fazem com que as estruturas antagônicas possam ser identificadas como tal. A materialidade linguística determina em sua composição o tipo de relação contida nos discursos.

Se uma formação discursiva é o reflexo material de uma posição ideológica, ou seja, a posição de um sujeito em um determinado momento é regida por regras de determinada conjuntura, logo, ela representa o que pode e o que deve ser dito dentro dessas circunstâncias. Ela não está isolada apenas em uma formação, dentro de seus limites, mas também estabelece relações com outras demais.

Assim, é possível compreender que sujeitos de diferentes momentos históricos e ideológicos podem concordar ou discordar não apenas sobre o sentido dado às palavras, mas também sobre os diferentes efeitos de sentido que uma mesma ou diferentes posições

ideológicas podem ter. Ao obter o resultado desse descritivo, é possível caracterizar o momento no qual o discurso se pronuncia em forma de enunciado.

A instância ideológica é determinada por uma combinação complexa de elementos na qual cada um deles é também influenciado por uma formação ideológica que tem um caráter específico e comporta uma diretriz. Através de formações ideológicas antagônicas, por exemplo, é possível articular os mesmos objetos de posicionamentos diferentes. É no enunciado que se constrói a estabilidade referencial dessas relações e essa materialidade possibilita a análise das condições externas de produção:

As formações ideológicas comportam, necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sobre a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de um relatório, de um programa, etc.), a partir de uma dada posição em uma conjuntura, em outras palavras, em uma certa relação de lugares interna e um aparelho ideológico e inscrita em uma relação de classes. Diremos assim que toda formação discursiva diz respeito a condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (COURTINE, 2009, p.72)

Assim, o estudo das condições de produção se faz necessário na medida em que determina a formação, a reprodução e a transformação dos enunciados em um campo discursivo. Analisar essas condições mostrarão de que maneira os enunciados analisados relacionam-se com o discurso revolucionário.

É possível identificar alguns elementos que fizeram parte da caracterização da pichação como revolucionária e de que maneira isso é relevante para o movimento. Nesse momento, é importante ressaltar que a história do picho e do grafite são indissociáveis, tornando-se distintas a partir da década de 1970, logo, começaremos apontando somente o grafite, mas o tomamos como o precursor do movimento.

Medeiros (2013) comenta, em seu trabalho *Uma História do Graffiti Paulistano Contada em Quatro Atos*, que um dos principais eventos para a história do grafite na cidade de São Paulo foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade no dia 19 de março de 1964. A manifestação, que aconteceu na região central ocupando a Praça da República, o Viaduto do Chá e a Praça da Sé foi considerada uma das maiores manifestações populares já vista no estado de São Paulo em sua época.

A ditadura, por sua vez, censurou toda a produção artística do país e dividiu os artistas, que começaram a assumir as suas posições estrategicamente. De um lado, estavam os que tinham suas obras aceitas pelo regime vigente, e de outro, os que não conseguiam se encaixar nas exigências impostas. As produções artísticas da época passaram a não atender as

necessidades da oposição, que buscava uma estética condizente com os seus interesses; a opressão e a repressão limitavam as obras estimulando a busca pela liberdade de expressão. (MEDEIROS, 2013)

Esse movimento de oposição não era uma particularidade brasileira. Entre 1960 e 1970 diversos movimentos sociais pelo mundo contestavam os sistemas sociais vigentes, a liberdade de expressão e o fim de posturas conservadoras – como a Contracultura, o Maio de 68 e a Primavera de Praga. Medeiros diz que:

A luta política coincide com um estado de alegria e exuberância: felicidade é sinônimo de luta, afirmavam os situacionistas, que tiveram forte participação em Maio de 1968. Este grupo é responsável por pensar a cidade e suas ruas como meios de ação, pelas palavras de contestação escritas e pichadas nos muros de Paris, pela negação de toda forma de poder e pelas ações espontâneas em cadeia em várias partes do mundo, precursoras de uma rede não coordenada de construção de situações simultâneas. De diferentes maneiras criticaram os estatutos e as instituições da arte, seus sistemas de legitimação, sua função e afirmou a aproximação da arte à vida cotidiana. (MEDEIROS, 2013, p.29)

Em 1966 a primeira edição do Jornal REX anunciou “AVISO: é a guerra” se referindo ao próprio mercado da arte e ao objeto artístico que fora reduzido a mercadoria e privado de seu valor social. O chamado Grupo Rex produziu, além do jornal, diversas manifestações artísticas na cidade de São Paulo, entre elas, a exposição “Exposição-Não-Exposição”, em 1967, na qual todas as obras de arte de uma galeria foram depredadas e vendidas na porta do prédio pelos manifestantes (ao menos o que sobrou delas) (MEDEIROS, 2013).

Nessa mesma época, as primeiras intervenções tendo a cidade como alvo de críticas começaram a aparecer. Medeiros (2013) aponta artistas como Artur Barrio, que criticava o elitismo e a estagnação usando materiais de duração limitada como papel higiênico, lixo e urina, e, Cildo Meirelles que atingia a própria comunidade artística com suas críticas. Ambos questionavam o elitismo dos museus e galerias.

Na década de 1970 as primeiras frases de protesto começaram a aparecer nos muros e a relação do cidadão com o ambiente urbano começou a ser discutida. No fim dos anos 70 e começo dos anos 80 um grupo chamado 3Nós3 fez algumas intervenções na cidade de São Paulo questionando a relação da população com o espaço urbano, sendo a mais famosa conhecida como Ensacamento. Neste ato o grupo cobriu com plástico 69 monumentos da cidade, chamando a atenção dos transeuntes para os elementos artísticos que antes não eram apreciados na correria cotidiana. Diversos outros grupos, inspirados por 3Nós3 foram se formando e aumentando a intervenção na paisagem urbana como Manga Rosa e o Tupinãodá.

Não apenas os coletivos começaram a aparecer pelas ruas, mas também os grafiteiros independentes. Um deles foi Alex Vallauri, que começou pichando botas em diversas partes de São Paulo, e depois foi variando para outros objetos que fazem parte do cotidiano como frutas, telefones, rádios, geladeiras, etc. De acordo com Medeiros (2013, p.38) os grafites de Vallauri “conquistaram o público por serem singulares, alegres e, em especial, por se referirem à mitologia urbana das histórias em quadrinhos ou por atuarem com reinterpretações visuais de objetos da cultura de massa”.

Os grupos e os primeiros indivíduos foram influências para a pichação no estágio em que se encontra hoje. Na medida em que a quantidade de grupos foi aumentando, a disputa por território seguiu proporcionalmente, tornando o uso do espaço urbano uma constante busca pelo registro de marcas. Já as obras feitas por indivíduos, fez com que a estilização das letras, retas e traços se desenvolvessem até o momento contemporâneo – a ação de “deixar sua marca” de uma maneira única resultou na estilística quase que indecifrável encontrada nos dias de hoje.

No começo dos anos 1980 São Paulo passava por um período de muitas manifestações pelo retorno do regime democrático. Em 25 de janeiro de 1984 uma grande manifestação pelas “diretas já!” tomou as ruas da cidade. Na rua 24 de maio, jovens da periferia, participaram da manifestação usando o break, o rap e o grafite como meios de expressão. Assustados com as atividades até então impopulares, lojistas chamaram a polícia que forçou os participantes a se retirarem do local. A partir desta data eles passaram a se encontrar no largo São Bento, local considerado como berço do picho e que continua sendo o principal ponto de encontro até hoje. (MEDEIROS, 2013)

Com o fim da ditadura militar em 1985 os protestos a favor da democracia diminuíram, assim como a crítica à censura, causando uma mudança nas características do grafite. No documentário *Pixo*¹⁷ o pichador Choque diz que a principal diferença entre o picho que nasceu na década de 1960 com o que surge na década de 1980 (como conhecemos hoje), é a estética. Em 1960 a preocupação era que todos pudessem ler a intervenção, já que era uma crítica social, logo, a estética das letras era a mais comum possível, ao contrário dos códigos e assinaturas incomuns que hoje demarcam território.

Assim como o hip hop, o grafite chega ao Brasil carregado de influências dos Estados Unidos, país onde o movimento era mais forte. Lá, o grafite era feito em prédios públicos, vagões de metrô e muros privados, com uma estética agressiva e radical. Duas

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

particularidades do picho contemporâneo despontaram nessa época: os pichadores que espalhavam assinaturas, e, a demarcação de território via códigos que só poderiam ser entendidos por membros do mesmo grupo. A repercussão negativa pela mídia fez com que essas intervenções crescessem naquela época. (MEDEIROS, 2013)

Nesse momento o grafite e o picho começaram a ser diferenciados. Enquanto o picho passa a representar algo sujo e indesejado, os grafiteiros passam a ser parte da comunidade artística, saindo da periferia e pintando os muros das áreas centrais. O grafite começa a ser inserido como matéria nos cursos de belas artes.

No documentário *Pixo*¹⁸, Choque diz que a estética da pichação como conhecemos hoje surgiu em São Paulo na década de 80 sob a influência do heavy metal, do punk rock e do hardcore. Ele diz que os jovens pichadores começaram a se inspirar nos logos das bandas de rock para desenvolver suas grafias.

Choque¹⁹ também diz que depois do período político as pichações passaram a ter um estilo mais poético. As frases eram mais trabalhadas e emblemáticas e o foco ainda era a mensagem a ser passada. Depois da década de 1980, quando recebeu a influência do movimento punk, a pichação de São Paulo passou a ser mais focada nas necessidades sociais do pichador e sua relação com a cidade e com seu próprio grupo, fazendo com que as fontes ficassem ilegíveis.

Nos anos 90 os coletivos voltaram a se juntar com o mesmo propósito de sua “primeira fase”: manifestações políticas e críticas sociais. Nesse período, a globalização e o capitalismo eram alvo de críticas pelo mundo, e, no Brasil, a discussão girava em torno das privatizações e da desigualdade social. Medeiros (2013) explica que uma das características dessa década que podemos identificar até hoje é:

A ideia de território está intimamente ligada à promoção de identidade e tem como reverberações o estabelecimento de hierarquias e fronteiras como o público e privado, o pessoal e o impessoal, o íntimo e o social, o marginal e a arte estabelecida. É neste conflito que fica explicitada a natureza política dos produtores de arte urbana. Ao falarmos sobre cultura urbana estamos afirmando uma criação coletiva de ideias, valores e obras diferenciadas para formações sociais distintas e como elas se realizam por meio da linguagem, das relações econômicas, dos territórios, dos espaços e do tempo. É na dimensão da cultura que se dá a diferenciação dos grupos sociais, afirmando suas identidades e suas legitimações. As relações entre os diferentes grupos são ásperas e o sentido de pertencimento aparece muitas vezes como defesa e resistência. (MEDEIROS, 2013, p.47)

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

¹⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

Dos anos 90 até o momento pouca coisa mudou em termos de estética, mas uma das maiores discussões sobre o grafite e o picho é a caracterização de cada um. Esse debate começou a 15 anos atrás, quando, em 2004, foi aprovada na Câmara Municipal de São Paulo o Dia Municipal do Grafite pela Lei 13903/2004 no governo da prefeita Marta Suplicy. Contudo essa lei foi revogada três anos depois na Lei 14485/2007.

Após essa pequena retrospectiva histórica, podemos entender o percurso da pichação até encontrarmos a situação atual – que será apresentada em 2.2. – Já conseguindo enxergar algumas características do grupo ideológico no qual os pichadores estão.

O primeiro ponto a ser observado é o local da pichação, que oscila entre o centro da cidade e a periferia. A aparição dos pichos parece acompanhar os protestos: quando a movimentação é política, os pichos tendem a ocupar as áreas onde as manifestações são mais comuns (região central); quando a questão é ocupar o território, o picho se espalha pela cidade, desde a periferia até as áreas centrais. A escolha do local parece ser parte de um sistema contraventor.

O segundo ponto é a força da crítica social como elemento propulsor do picho. Tanto o grafite quanto a pichação estão em constante contestação. As críticas variaram desde a ditadura, diferenças sociais até mesmo a própria arte. Ou seja, a pichação parece estar relacionada ao questionamento de uma posição ideológica da qual a pichação não faz parte.

E com relação a posição ideológica podemos identificar a formação de coletivos, como agrupamento de indivíduos que representam uma esfera da sociedade e possuem motivos para agir juntos. Observar a ação dos coletivos pode nos levar a conseguir informações sobre a pichação quando crítica social.

Por último, podemos ressaltar a crítica negativa por parte da mídia e da sociedade como incentivo para que o movimento cresça ou permaneça. E é sobre isso que falaremos na próxima subseção, a “negatividade” associada ao movimento como a principal característica do contraventor.

2.2. O picho x grafite

No panorama urbano das grandes cidades, coexistem duas formas correlatas de intervenção nos muros públicos e privados: a pichação e o grafite autorizado. A diferença entre essas duas formas acrescenta bastante à nossa problemática do discurso contraventor, pois, em geral, a ilegalidade da primeira está intrinsecamente relacionada com sua condição de contraventora enquanto, a legalidade do segundo, relativiza ou elimina essa condição.

Ao pesquisar sobre o tema, nos deparamos com a definição de Souza (2007) que afirma que a pichação está relacionada à escrita enquanto o grafite está ligado à pintura, gravura e representação plástica da imagem. Deduzimos daí, que o grafite tem um apelo estético e refinamento no trato formal enquanto a pichação não tem grandes desenvolvimentos formais como o grafite. Por sua condição formal, pichações são marcadas por traços rápidos e apressados feitos com tinta spray, sem apelo estético e visual; já o grafite se comunica com o espaço urbano ao seu redor, sendo em sua maioria painéis coloridos feitos com tinta spray nos quais consta certa preocupação estética. Entretanto, ao escutar e ler depoimentos dos próprios pichadores, percebemos que a problemática da dicotomia pichação x grafite vai além dos elementos estéticos.

A diferença entre grafite e pichação ganhou bastante notoriedade no ano de 2017 durante a investida contra a pichação por João Dória. O ex-prefeito da cidade de São Paulo sancionou uma lei contra a pichação e prometeu “tolerância zero” contra pichação e grafites não autorizados²⁰. Na Lei Municipal no 16612 de 20/02/2017, destacam-se os seguintes pontos:

Parágrafo único. Constitui objetivo do programa de que trata o "caput" deste artigo assegurar, dentre outros: (...)V - reconhecer a prática do grafite como manifestação artística e cultural. (...) Art. 3º Para fins de aplicação desta lei, considera-se ato de pichação riscar, desenhar, escrever, borrar ou por outro meio conspurcar edificações públicas ou particulares ou suas respectivas fachadas, equipamentos públicos, monumentos ou coisas tombadas e elementos do mobiliário urbano. Parágrafo único. Ficam excluídos do programa instituído por esta lei os grafites realizados com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico²¹.

Isso gerou um sem número de polêmicas em matérias de jornais e revistas. A revista *CartaCapital*, por exemplo, emergiu como representativa de uma posição contrária à diferenciação entre pichação e grafite, mais particularmente, no que dizia respeito à criminalização da primeira e do segundo em caso de grafite sem autorização.

O argumento construído em uma reportagem escrita por Ingrid Matuoka – com as vozes de importantes representantes de movimentos de pichadores – aponta que muitos dos grafiteiros que hoje são reconhecidos como artistas, começaram como pichadores: “Hoje,

²⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/02/1860352-doria-sanciona-lei-anti-pichacao-e-veta-ate-grafite-nao-autorizado.shtml>.

²¹ Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=337862>. Sublinhamos o trecho recorrente nas duas leis (Federal e Municipal) para demonstrar a semelhança na tipificação do grafiteiro autorizado.

Kobra expõe suas obras também no exterior, e se tornou um nome famoso, mas começou sua carreira como pichador, no Campo Limpo, zona sul de São Paulo, e foi preso mais de dez vezes²²”.

Na mesma entrevista, Pagu, produtor de arte de rua em São Paulo diz que o grafite existe mesmo antes da rua, ele está em todo o planejamento: “Pergunte ao chefe de segurança do Estado como é frustrante lidar com elementos surpresa, com uma manifestação de rua sem regras, sem hora marcada, sem comando, sem articulação²³”. Para ele o grafite não é apenas ilegal, mas também é algo que não quer ser legalizado; querer colocar regras e leis na arte do grafite vai contra os princípios desta modalidade²⁴.

Um dos pontos interessantes desta e de outras matérias da mídia é que a polêmica emergiu como se fosse algo recente, como “coisa de São Paulo” e com a figura de Dória como novidade. Isso se produziu um pouco em toda a parte nos jornais do estado. Um enunciado prototípico do fenômeno pode ser parafraseado como: “A lei antipichação de João Dória”. No texto da *CartaCapital*, a imbricação de posicionamentos composta pela fala da jornalista e dos grafiteiros/pichadores, é particularmente relevante nesse sentido porque produz com mais ênfase que outros meios de comunicação a ideia de que é “o prefeito tucano” com sua lei quem promove a cisão entre grafite e pichação. Além disso, associa-se à “lei de Dória”, com sua divisão, uma espécie de segregação racial: “A busca por dividir a arte de rua tem também um recorte racial²⁵”.

No entanto, a “lei de Dória” – e a divisão entre pichação x grafite –, paradoxalmente, não é propriamente uma novidade na esfera legal – apesar do efeito produzido pelas recorrentes polêmicas de 2017 –, mas a implementação de uma lei Federal já em vigor desde 2011. O texto das duas leis, inclusive, é parecido em alguns pontos:

Art. 65. Pichar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.

§1o Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de 6 (seis) meses a 1 (um) ano de detenção e multa. §2o Não constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão

²² Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-repressao-de-doria-contrarte-de-rua-alvo-e-a-juventude-periferica>.

²³ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-repressao-de-doria-contrarte-de-rua-alvo-e-a-juventude-periferica>.

²⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-repressao-de-doria-contrarte-de-rua-alvo-e-a-juventude-periferica>.

²⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-repressao-de-doria-contrarte-de-rua-alvo-e-a-juventude-periferica>.

competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional²⁶.

A essa diferença formal, acrescenta-se uma outra de caráter legal que complexifica o contraste. Com efeito, no âmbito do grafite, há os que são legais e autorizados e os que não são. Assim, apesar de formalmente parecidos, do ponto de vista da posição sujeito do enunciado, o grafiteiro tanto pode ser o artista quanto o criminoso, a depender de sua categorização à luz do discurso legal. A tipificação jurídica delimita duas posições sujeito nas duas diferentes práticas: (i) o criminoso marca posição na pichação e no grafite não autorizado e o (ii) artista inscreve-se no grafite autorizado. Discursivamente, isso coloca em suspenso a pessoa física que pratica a ação. Uma mesma pessoa pode ser “criminoso” ou “artista”, a depender do tipo de manifestação em que figure como autora. É o enunciado que define a posição sujeito e não o contrário.

Até os próprios grafiteiros e pichadores parecem discordar sobre o que é crime e o que é arte. Após a repercussão do caso Dória, o jornal *Nexo*²⁷ entrevistou alguns expoentes tanto do grafite quanto da pichação para saber a opinião de representantes do movimento sobre o assunto.

Um dos entrevistados, Guilherme Valiengo - diretor do documentário *Cidade Cinza* -, diz que a primeira vez em que o grafite e o picho foram tratados como crime, foi quando o ex-prefeito Gilberto Kassab instituiu a Lei Cidade Limpa, que tinha como objetivo organizar o espaço urbano através da regulamentação dos anúncios publicitários. Apesar de não haver menção direta ao grafite, algumas obras da região central foram apagadas sob a alegação de “inscrição não autorizada pela prefeitura”.

Guilherme diz que, com essa lei, o picho passou a ser visto como sujeira. Mesmo depois do pedido de desculpa feito pelo prefeito aos autores das obras apagadas, e da liberação do espaço para novos grafites, a população continuou a reproduzir a ideia do grafite e do picho como uma intervenção suja e que deveriam estar sujeitos a Lei Cidade Limpa.

Para ele, a ideia do picho ser rejeitada pela população é “irônica” já que é original de São Paulo e não existe em nenhum outro lugar do mundo. E, por ter nascido aqui, já faz parte do ambiente urbano e representa um estilo de vida que deveria trazer a sensação de identificação e não de repulsa.

²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12408.htm. Sublinhamos o trecho recorrente na Lei Municipal “criada” por João Dória.

²⁷ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

Guilherme ainda diz que a diferença entre grafite e pichação não deveria existir, pois, são a mesma coisa e estão no mesmo lugar: os dois são representações da rua, lugar onde nasceram. Os pichadores e os grafiteiros têm o mesmo objetivo, que é basicamente deixar sua marca na cidade e conquistar território. A única coisa que varia é a maneira com a qual eles fazem isso, e, enquanto uns preferem a escrita monocromática, outros preferem pinturas coloridas.

Para ele tanto o picho quanto o grafite são uma resposta a uma cidade que é hostil com as pessoas. A agressividade no ambiente urbano é uma via de mão dupla: de um lado uma cidade grande, desorganizada, suja, degradada e violenta, e, de outro lado a desorganização, a sujeira e a transgressão do pichador.

A fala de Guilherme Valiengo é complementada por Iaco Viana, que se identifica como pichador na mesma entrevista ao jornal *Nexo*²⁸.

Iaco concorda com Guilherme e diz que não há diferença entre picho e grafite. Para ele existem grafites que são vandalismo e pichos que são coloridos. Se trocarmos a letra da pichação, que na maioria das vezes é monocromática, para colorida, não haverá diferença nenhuma. Ele afirma que independente da estilística, as pessoas vão continuar não entendendo, e não aceitarão a pichação como algo banal por terem medo de algo que não compreendem.

Sobre a ilegalidade, Iaco diz que a pichação nunca esteve na cidade para ser aceita. Ela existe para mostrar que alguém tem algo a dizer. A ambiente urbano em todas as suas formas e cores “conversa” com os indivíduos e a percepção do ambiente coletivo faz parte do senso crítico individual, porém, na pressa do dia-a-dia as pessoas não notam o que há ao redor.

Para ele a sociedade enxerga a pichação como um ato de vandalismo e o grafite como algo aceitável por ser bonito e colorido. A estética do grafite está mais próxima do que é considerado como manifestação artística pelo senso comum, e as pessoas acreditam que estão lidando com uma obra de arte, quando na verdade, para os pichadores e grafiteiros, pouco importa se é arte ou não. O que importa é o como as mensagens farão as pessoas pensarem, e o tipo de crítica que eles irão incitar.

Mas nem todos os participantes da entrevista do *Nexo*²⁹ parecem concordar sobre o que é picho e o que é grafite. Binho Pinheiro - pichador e curador da Bienal Internacional de ‘Graffiti Fine Art’ -, diz que grafite e pichação são propostas diferentes. Para ele, os

²⁸Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

²⁹Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

pichadores buscam agredir, já os grafiteiros, desde os anos 80 buscam reconhecimento e conquistas como galerias e museus.

Ele justifica a resposta expondo que após o grafite ter se tornado parte do currículo de algumas escolas de belas artes, os grafiteiros passaram a se preocupar mais com a técnica, estudando e profissionalizando cada vez mais as suas criações. O grafiteiro passou a ser uma profissão, e muitos deles são inclusive remunerados.

A principal característica da pichação, para Binho, é a contestação. Ele diz que é possível haver uma pichação autorizada e um grafite ilegal, pois a lei não diferencia o que é pichação ou grafite, apenas define a questão da autorização de uso do patrimônio público ou privado. Ele explica: “O ‘grafite artístico’ não pode ser confundido com a pichação ou o ‘grafite que afronta’, pois são propostas diferentes. É fundamental entender qual o propósito do artista ou do pichador/grafiteiro e qual a relevância daquele estilo³⁰”.

Marcus Vinicius - grafiteiro graduado em artes plásticas também conhecido como Enivo – também participante da entrevista ao *Nexo*, diz que faz parte do grafite e da pichação ir contra o que é imposto pela sociedade, e por ter sua origem associada à contracultura, tem como propósito vir de encontro às correntes vigentes. Ele complementa:

[...] o picho deve ser tratado assim como ele deve ser sentido. Se ele for bem quisto, bem visto, querido, os pichadores vão parar e vão fazer outras coisas, talvez pular de paraquedas, fazer rapel, sei lá ... vão fazer outras coisas. O pichador está fazendo isso não para ser querido, não para ser aceito, mas para estar, para existir. Ele defende o nome dela na cidade, porque como cidadão ele pouco existe³¹.

Marcus defende sua posição expondo que para ele, o único meio de acabar com o picho, seria inseri-lo no sistema de educação básica. Ao ensinar as crianças e adolescentes diversos meios de protesto, entre eles a pichação, ela acabaria por sendo incorporada e aceita pela sociedade, passando a ser banal a tal ponto de desaparecer.

Outro antídoto para Marcus seria a inserção da população excluída na sociedade. Ele diz que a mudança só vai vir da educação. Enquanto a população estiver mal-educada e achando que não existe para o sistema, para comunidade e para o mercado de trabalho, a pichação vai continuar existindo como uma válvula de escape.

³⁰Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

³¹ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

O último entrevistado pelo jornal *Nexo*³², Mauro Neri - grafiteiro membro do coletivo Imargem – diz que é compreensível a população pensar que a pichação está ligada à sujeira, porque muitas vezes ela é feita para sujar. Para tentar qualificar a ação, Mauro chega a comparar o picho ao vômito.

Assim como Marcus, ele acredita que se alguém quisesse combater a pichação, a melhor solução seria a inserir no sistema educacional como uma disciplina. Ele diz que quando a voz for dada à periferia, e essa forma de expressão começar a ser trabalhada conscientemente, o sentimento de exclusão e conquista de um espaço seriam diluídos.

Para o ele a pichação é inevitável e inerente ao ser humano, e é negligenciada pela falta de conhecimento. Ele diz que a população se desinteressa por alguns grupos da sociedade, principalmente pela juventude violenta e pela transgressão. Mauro diz: “é preciso saber transgredir o que precisa ser transgredido e conservar o que é para ser conservado, é preciso ter mais interesse pelo diferente para começarmos a compreender ambas as partes³³”.

Ainda sobre a diferença entre grafite e picho, ele diz que é comum escutar das pessoas coisas como “melhor grafite do que pichação”. A diferença entre eles está mais na atribuição de valor do que na estética ou propósito. Ele diz que as pessoas que não entendem, costumam dizer “é muito legal o seu picho!”, “ah não! Isso não é picho, é grafite!” ou “isso não é grafite, é uma obra de arte!”. Ou seja, quando se quer valorizar as pessoas optam por usar “grafite” e quando se quer depreciar optam por usar “picho”.

E Mauro completa dizendo que o uso das palavras como meio de valorizar ou desvalorizar os segmentos faz com que tudo seja relativizado, dificultando ainda mais a distinção entre eles. Ainda sobre o valor, Mauro diz que o valor agregado da pichação é justamente a forma marginal de ser feita, quanto mais “marginal”, quanto mais difícil de ser feito, mais valor tem.

Sobre a lei, Mauro acredita que tanto o Kassab quanto Dória fizeram mais pela pichação do que qualquer um jamais fez, uma vez que a discussão foi colocada em pauta. Claro que, há duas possíveis consequências: um ponto positivo foi o debate entre a população sobre a pichação, fazendo com que o movimento fosse difundido e um pouco mais conhecido, mas, por outro lado, uma vez que a sociedade a conheça e a aceite, as chances de inserção no cotidiano são maiores, extinguindo por completo o movimento. Ou seja, o poder público fez mais para extinção da pichação incentivando o debate do que criando uma lei.

³²Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

³³Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

O próprio João Dória denota valor negativo e usa “pichação” como algo pejorativo. Ao anunciar a criação do grafitódromo em uma reportagem para o jornal Folha de São Paulo, o ex-prefeito de São Paulo diz: “Sempre me incomodou muito uma cidade pichada, maltratada, agredida pelas pichações. Aproveito aqui para fazer um pedido aos pichadores, que mudem de profissão, se tornem artistas³⁴”.

No mesmo período em que as discussões da “lei de Dória” estavam em alta, o ex-prefeito prometeu reservar uma área da cidade para que os pichadores e grafiteiros pudessem pintar. Essa área seria conhecida como “grafitódromo” e ficaria na região da Mooca, mas o projeto não chegou a sair do papel.

Iaco, na mesma entrevista citada acima do jornal *Nexo*, diz que:

Chega a beirar o ridículo, porque na pichação ou no grafite vandalismo, a gente não tá querendo espaço para pintar, a gente está procurando novos espaços e novos limites. Quem vai sair lá de Taboão da Serra para fazer lá no lugar que ele autorizou que é na Mooca? Mas, acho que mesmo que fosse perto, as pessoas não querem saber de um espaço próprio para fazer isso³⁵.

Um outro ponto de vista é exposto por um pichador anônimo no documentário *Picho*³⁶. Ao ser perguntado se ele prefere picho ou grafite, responde enfaticamente que prefere a pichação porque o grafite é muito comercial e pichador não recebe nada pela intervenção.

Além da acentuada criminalidade e suas “subdivisões”, o fato de ser remunerado ou não remunerado acentua o que é ilegal ou não. O fato de o grafite ser remunerado acentua a sua fama de obra de arte e destaca a característica “amadora” e indesejada da pichação, já que ninguém paga por aquilo que sente repulsa.

Em uma entrevista ao apresentador Serginho Groisman no quadro *Qual É?* do programa *Altas Horas*³⁷, um grupo de pichadores debate as motivações do picho e uma das primeiras afirmações de Djan, um dos pichadores entrevistados, é que assim como o monumento tem uma representação histórica e remete à memória local, os pichadores também buscam se aproximar e fazer parte da história da cidade eternizando a sua marca. Isto é, a ocupação do espaço urbano é uma questão fundamental para os pichadores e, de certa forma, é o que define a pichação como contraventora.

³⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1847427-doria-pede-que-pichadores-virem-artistas-e-anuncia-grafitodromo.shtml>

³⁵ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=skGyFowTzew>

³⁷ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3353635/>

Bruno e Djan dizem que dentro da comunidade dos pichadores existe uma rivalidade embasada predominantemente em ocupação territorial. Evidencia-se nas falas do grupo entrevistado que a ilegalidade dessa ocupação é reivindicada. Para eles o muro é uma agressão física e o picho uma agressão estética, uma disputa de espaço público (“seu muro, meu picho”).

Iaco Viana, na entrevista do jornal *Nexo*, também fala sobre a percepção das pessoas sobre o que é a agressão: “ao mesmo tempo que ela reclama da pichação, ela também agride as pessoas na rua, ela bate no carro dos outros, não pede licença, não pede desculpa, não fala bom dia e isso também é uma agressão³⁸”.

Há ainda outro acordo no grupo a respeito da motivação do ato. Jaqueline, quando perguntada sobre por que decidiu ser pichadora, diz: “sempre tive um tipo de revolta, um tipo de implicância, então eu sempre procurei descontar, vamos se dizer, na sociedade³⁹”. Djan ainda comenta a relação entre o picho *versus* grafite e, para ele, o parâmetro do respeito na rua é a transgressão. Se o grafite foi feito de forma ilegal, é respeitado. Ele completa dizendo que o problema do grafite é que ele se tornou um antídoto contra a pichação.

O pichador ele é um artista, mas um artista diferente dos outros. Nós somos artistas libertários, transgressivos e revolucionários, entendeu? O reconhecimento que a gente busca é pela marginalidade. (...) A gente também entende quem não gosta, quem não aceita ... ninguém é obrigado a aceitar o picho. (...) quando vão construir um prédio, um estádio, um shopping, ninguém consulta a população, as pessoas não têm participação na construção da cidade, e ficam revoltadas com o picho que é uma intervenção efêmera. Um prédio vai durar para sempre; um prédio na frente da janela da sua casa ... nunca mais vai bater o sol lá, o picho não, ele pode ser facilmente removido⁴⁰.

Isto é, o posicionamento oficial a respeito da pichação é justamente o de ser transgressora, subversiva e esta transgressão está identificada com atuar em local proibido. Em certo sentido, a pichação é uma forma pela forma em local proibido. A mensagem transgressora tem menos a ver com o conteúdo pichado – embora isso também seja considerado – do que com a visibilização “da rabisqueira” nos muros da cidade. Na opinião de Rui Amaral – artista plástico e um dos precursores do grafite em São Paulo:

“Eu entendo grafite e pichação como uma coisa só”, explica Rui Amaral. “O que importa é a atitude, o que te leva a fazer isso, não o que você escreve. A gente quer

³⁸ Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/01/28/Grafite-pixo-e-arte-tintas-de-cultura-e-subvers%C3%A3o-na-cidade>

³⁹ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3353635>

⁴⁰ Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3353635>

que as pessoas entendam a importância da arte urbana livre para a luta por direitos. E um deles é o direito de se expressar⁴¹”.

Obviamente, estamos falando aqui de “pichadores profissionais” com metas e plano de organização definidos. Retomando Djan: “Tem grupos e tem pessoas individuais. Tem muitos pichadores que sonham em ser de uma união dessa, de um Círculo Vicioso, dos Mais Fortes, do T13... É igual futebol. Você começa jogando nos times pequenos e um dia você quer chegar num time grande⁴²”.

No entanto, apesar dessa centralização em grupos oficiais e famosos, há as pichações avulsas, ou seja, aquelas feitas sem um vínculo com grupos e sem uma assinatura reconhecida no meio. É destas que nos ocupamos aqui. A representatividade desta marca deixada em um espaço público nas pichações que analisaremos visam tornar visíveis reivindicações do sujeito feminino.

A priori, por serem pichações, esses enunciados são lidos como contravenção a um discurso machista conservador. Em certo sentido, efetivamente, elas o são. No entanto, como demonstraremos, há algo que falha aí. Ao mesmo tempo em que denunciam a opressão ao sujeito feminino, os pichos fortalecem o conservadorismo e o papel de mãe que “toda mulher ocupa ou deve ocupar”.

Se o que importa é a prática e não o que se escreve, para retomarmos a fala de Amaral mais acima, há aí, entre o “pichar” e o “pichado”, uma ruptura, um efeito de desidentificação entre o picho como prática discursiva e o pichado como resultado dessa prática. Abre-se assim, no espaço da pichação, a possibilidade para o conservador, para o status quo, para a reafirmação daquilo que se pretende questionar.

3. O DISCURSO REVOLUCIONÁRIO EM PICHAGENS

Nesta seção apresentamos a análise de oito pichos cujos enunciados contêm características interdiscursivas revolucionárias, mas suas propriedades de enunciado dividido mostram a reprodução de um discurso conservador.

Os pichos foram escolhidos dentro de um acervo pessoal contendo diversas fotos de pichos de temas variados. O propósito inicial era o desenvolvimento de uma análise do revolucionário e, para relacionar o *corpus* e conseguir apontar uma narrativa interdiscursiva

⁴¹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/na-repressao-de-doria-contrarte-de-rua-alvo-e-a-juventude-periferica>.

⁴² Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/3353635/>.

entre os enunciados, foram escolhidos pichos cujo tema fosse o feminino. Contudo, ao separá-los do grupo, foram identificadas as características discursivas reprodutoras de um discurso conservador.

As fotos do acervo pessoal foram tiradas entre os anos de 2015 a 2017, mas para complementar a pesquisa com um número maior de enunciados, uma busca virtual em redes sociais foi necessária. Poucas fotos dos acervos de redes sociais possuem informações completas sobre sua localização, fotógrafo ou data, logo, presumiu-se como autor da fotografia o responsável pela divulgação online e a data como a data da publicação.

3.1. Pré-construído e o mito da maternidade

O primeiro eixo de análise comporta a seguinte proposição:

toda mulher é/deve ser mãe

O primeiro picho dessa sequência traz a seguinte sequência verbal: “Toda mulher e mãe de todos os homens”:

Figura 5 - Toda mulher é mãe de todos os homens.



FONTE: Bucioli, 2015.

O primeiro elemento a ser destacado é a presença do determinante “toda”, típico da construção de leis universais. A presença do pronome indefinido inscreve este enunciado em uma rede lógica a partir da qual podemos interpretá-lo como a premissa maior de um silogismo que omite a premissa menor e a conclusão, ou seja, um entimema. Nesses termos, se desenvolvêssemos o entimema sob a forma de um silogismo completo, teríamos:

Toda mulher é mãe de todos os homens

X é mulher

X é mãe de todos os homens

O entimema, como afirma Aristóteles (Retórica, I, 1357a) “[...] tem que consistir de poucas proposições, em menor quantidade frequentemente do que as que constituem um silogismo completo [...]”. Outra característica do entimema é que ele apresenta uma verdade provável, não necessária, ou seja, há certo consenso – nos termos de Pêcheux (1997), um “imaginário” – que viabiliza o reconhecimento do entimema como verdade. Nosso objetivo não é fazer uma análise refinada à luz da retórica aristotélica, mas consideramos relevante oferecer a definição de entimema ao leitor na medida em que a estrutura do enunciado inscrito na pichação funciona nesse molde. Do ponto de vista lógico, portanto, “Toda mulher é mãe de todos os homens” não é uma verdade, já que não há relação necessária entre “ser mulher” e “ser mãe”.

Podemos retomar o silogismo preenchendo a variável por um nome próprio:

Toda mulher é mãe de todos os homens

Maria é mulher

Maria é mãe de todos os homens

Verifica-se, com este preenchimento, o quanto este enunciado, do ponto de vista lógico, é insustentável. No entanto, retomando Pêcheux (1997) naquilo que ele afirma ser o “ponto cego” da teoria semântica de Frege, não podemos definir a linguagem apenas como instrumento de saturação referencial a partir de um ideal de “verdadeiro” x “falso”. Antes, cumpre desenvolver um olhar discursivo que tome a metáfora e a metonímia como figuras essenciais na compreensão do atravessamento político no “imaginário”, isto é, naquilo que histórica e ideologicamente é produzido como aceitável.

A esse respeito, o enunciado acima funciona metonimicamente pela extensão semântica de uma qualidade, ou seja, a propriedade que a mulher tem de “ser mãe” é estendida ao universo total de mulheres. Assim, “mulher” e “mãe” formariam uma só e única classe por um efeito de generalização típico dos enunciados que constroem verdades universais por implicação. Retomando a fórmula utilizada por Pêcheux (1997, p. 109), teríamos: $\forall x, \alpha(x) \supset \beta(x)$, em que x = seres vivos que podem gerar a vida; α = ser mulher; β =ser mãe. Preenchendo

a fórmula, temos a seguinte paráfrase: Para todo ser que pode gerar a vida, ser mulher contém ser mãe.

A implicatura estabelece uma relação necessária entre duas propriedades, ou seja, se é x, então, y sob a forma de um pré-construído. O “ser mãe” emerge no enunciado como uma evidência primeira para o “ser mulher” e é aí que os sentidos deslizam da contravenção – adequada à ideia geral da pichação como prática subversiva – para o conservadorismo – aquilo a que o picho não está relacionado. Se, por um lado, a sequência linguística constrói um efeito de sentido de valorização da mulher pelo subentendido de que, se toda mulher é mãe de todos os homens, todos os homens, na condição de filhos, devem respeitar esta mulher, por outro lado, a mesma sequência linguística deixa falar certo conservadorismo que define que toda mulher é/deve ser mãe.

Cabe observar ainda que o termo “homens” é ambíguo, apesar de isso não trazer mais ou menos equívoco à proposição. Esta ambiguidade apenas contribui com dois níveis de intensidade diferentes. Quando o pronome indefinido “todo” é acompanhado do artigo “os” – em “todos os homens” – o sentido também desliza metonimicamente. Em uma das leituras possíveis, “homens” pode significar “sujeito do gênero masculino”. Esse significado é mais restrito e confere ao todo do enunciado um aspecto de “luta local” entre mulheres x homens. Na outra leitura possível, temos “homens” funcionando metonimicamente em relação a “humanidade”. Nesse caso, não só os homens, mas toda a humanidade deveria respeitar e reconhecer a mulher, que é/deve ser mãe, como origem das coisas. Emerge um efeito de sentido de “pandorização”, ou seja, a mulher é a causa do mundo, portanto, respeitem-na, valorizem-na.

“Mãe” produz, dessa forma, tanto um efeito de sentido de reivindicação para as mulheres quanto de manutenção do imaginário da “mãe dedicada”, de “boa índole”, “casada”, que administra não só as tarefas do lar, mas também a educação de seus filhos e o bom relacionamento com o cônjuge. A nosso ver, esta última escala de valores está até mais disseminada que a primeira, já que, mesmo a valorização e o respeito subentendidamente reivindicados, ganham força à luz do conceito de mãe no sentido tradicional e conservador do termo. Parafrasticamente, podemos entender o enunciado nos seguintes termos: “Toda mulher é mãe; todos os homens têm mães; logo, toda mulher deve ser respeitada”. O não-dito subjacente ao pré-construído, como afirmamos acima, é uma condicionante quase universal de natureza conservadora: toda mulher é/deve ser mãe.

Exatamente pelo fato de ser considerada o centro das relações familiares, a convenção social é de que qualquer tipo de ato contra a figura materna deve ser evitado, desde palavras

ofensivas até ataques físicos. O enunciado produz ainda outro efeito de sentido pelo não-dito: desrespeitar/agredir/ofender uma mulher pode, mas se ela for mãe, não. Essa possibilidade interpretativa coloca em cena uma outra rede parafrástica, muito utilizada quando, por exemplo, em notícias de agressão à mulher, se diz algo do tipo: “Esse sujeito que faz isso com uma mulher não tem mãe?”, ou, “Gostaria de saber se esse sujeito gostaria que se fizesse isso à mãe dele”. Assim, nessa rede de sentidos em que o enunciado parece denunciar, subentendidamente, as violências contra a mulher, a palavra “mãe” é a atenuante e também a reafirmação de um machismo sistêmico.

O enunciado seguinte, que também participa da construção do sujeito feminino como mãe, estrutura-se da seguinte forma:

Figura 6 - Eu não vim da sua costela. Você veio do meu útero.



FONTE: Aglaia Maciel, 2018

Há, inicialmente, um efeito de diálogo simulado em que o enunciado aparece como resposta a uma afirmação. A afirmação pode ser deduzida por um acesso à interdiscursividade em que uma tradição bíblica criacionista emerge como reposta à origem da humanidade. Neste cenário, recuperamos a ideia enunciada no Gênesis:

Então o SENHOR Deus fez com que o homem caísse num sono profundo. Enquanto ele dormia, Deus tirou uma das suas costelas e fechou a carne naquele lugar. Dessa costela o SENHOR formou uma mulher e a levou ao homem. Então o homem disse: “Agora sim! Esta é carne da minha carne e osso dos meus ossos. Ela será chamada de ‘mulher’ porque Deus a tirou do homem.” É por isso que o homem deixa o seu pai e a sua mãe para se unir com a sua mulher, e os dois se tornam uma só pessoa (BÍBLIA, Gênesis, 2, 21-24).

A retomada feita pelo picho permite agora o preenchimento das formas genéricas aí contidas, a saber, os pronomes “eu” e “você”, bem como o demonstrativo “sua” que

determina “costela”. Se é por referência ao saber bíblico que, no espaço do interdiscurso, o criacionismo emerge como “aquilo a que a pichação responde”, é desse lugar que advém a figura do homem como referência para “sua” e “você”, assim como da mulher como referência ao “eu” que nega uma suposta origem na costela masculina. Os termos “eu” e “você” exigem o preenchimento imediato do primeiro por mulher e do segundo por homem.

Para além dessa referência ao interdiscurso (o criacionismo fundamentado pela Bíblia), que garante o “sabe-se quem é ‘eu’” e o “sabe-se quem é ‘você’”, observamos o funcionamento da metonímia como figura que identifica – para subverter, em certo sentido – os papéis do homem e da mulher. No contexto do picho, “costela” é a parte que se estende a um todo “homem” e se opõe a outra parte “útero” que se estende a outro todo “mulher”. Essa leitura sustenta-se ainda pela referência necessária do dêitico “sua” a “homem” no quadro do criacionismo bíblico: o demonstrativo faz irromper a figura masculina, pois, no Gênesis, é da costela masculina que se trata.

Isto acrescenta um ponto importante a respeito dos seres que poderiam derivar do útero: há um efeito de sentido de exclusão dos seres que não são homens e isso se dá como reforço a uma luta localizada entre mulher x homem ou entre uma posição libertária e outra conservadora. Nesse sentido, parecem não funcionar, para efeito de sustentação deste enunciado, correlatos do tipo:

Eu não vim da sua costela. Você veio da minha cabeça.

Eu não vim da sua costela. Você veio da minha vontade.

Eu não vim da sua costela. Você veio das minhas costas.

Cumprе destacar ainda que o lugar de origem inicial, advindo do mito bíblico, tem como contra-argumento uma definição de origem pautada na ciência. Enquanto, “vir da costela” é imaginário, mitológico, sobrenatural, “vir do útero” é real, concreto e, principalmente, natural. O efeito de sentido aí construído é o de que a suposta “superioridade do homem sobre a mulher”, sustentada pelo discurso machista conservador, pauta-se em um “devaneio criacionista” inverossímil, enquanto o da “superioridade da mulher sobre o homem”, sustentada por um discurso de tipo libertário-progressista, assenta-se em uma verossimilhança atestada pela ciência.

Nessa mesma linha da “valorização da mulher como mãe”, temos o seguinte enunciado:

Figura 7 - Sem as mães não tem revolução.



FONTE: Bucioli, 2017

O caráter da expressão “Sem as mães” é ambíguo face ao restante do enunciado: (i) “Sem as mães” pode significar “sem a função geradora do sujeito materno”; (ii) “Sem as mães” pode significar “sem a educação dada pelas mães”(iii) “Sem as mães” pode significar “sem a participação (presença) das mães”. Parafraseando os dois cenários, teríamos:

Se as mães não gerarem os revolucionários... (conservadorismo)

Se as mães não formarem os revolucionários... (misto)

Se as mães não participarem da revolução... (contravenção)

Para o primeiro efeito de sentido, é possível assinalar a mesma posição conservadora dos dois enunciados anteriores, a saber: “toda mulher é/deve ser mãe”. A revolução, nestes termos, fica condicionada ao nascimento, à origem dos revolucionários. Recuperando a estrutura do primeiro enunciado analisado mais acima (“Toda mulher é mãe de todos os homens”), poderíamos parafrasear este último como “Toda mulher é mãe de todos os revolucionários”, por exemplo.

O segundo efeito de sentido transita entre duas posições ideológicas distintas, a conservadora e a contraventora. Por um lado, “formar um revolucionário” é tarefa que rompe um horizonte de expectativa na medida em que associa o ato de educar a um “educar para subverter”, para questionar, para problematizar; por outro lado, há também o efeito de sentido de que “filho deve ser educado pela mãe”. Como toda mãe pressupõe um pai, fica subentendido que o pai está, de certa forma, por retomada de uma posição conservadora, desobrigado desta formação. Por fim, “Sem as mães” também carrega um aspecto puramente contraventor – já que, a rigor, não se espera, no âmbito conservador dos papéis designados à

maternidade, que as mães participem de revoluções – no sentido de participação materna na revolução.

A segunda parte do enunciado constrói um efeito de referência. “Revolução” funciona como pré-construído, o “sabe-se o que é”. Ambigualmente, o termo, normalmente associado à contravenção, joga com o conservadorismo na medida em que, como signo da capacidade geradora, “Sem as mães” quebra com um horizonte de expectativa ao colocar a mãe na cena revolucionária. Tal horizonte de expectativa poderia ser construído por paráfrases do tipo: “Mãe tem que ficar em casa cozinhando e cuidando dos filhos”.

3.2. Pré-construído e o mito da beleza

O segundo eixo semântico foi escolhido pela regularidade do tema beleza. Veremos nos seguintes enunciados que o mito da beleza feminina será tratado não apenas como a aparência, mas também como um estado de espírito que a mulher deve sentir como condição à determinada mudança ou situação.

Os seguintes enunciados foram analisados tendo em vista a seguinte proposição:

ii) toda mulher deve ser bonita/atender os padrões de beleza

Figura 8 - Você é linda. Você é incrível.



FONTE: Bucioli, 2015

Em “você é linda / você é incrível / e você não precisa estar / te faz mal” instaura-se um interlocutor de segunda pessoa a quem o enunciado se dirige diretamente, “você”. Assim, estabelece-se um jogo de imagens entre A e B (locutor x interlocutor), a partir da ótica daquele que enuncia.

Retomando Pêcheux, o dizer está sempre determinado por posições enunciativas historicamente construídas. Não se trata de um indivíduo A ou B, mas de posições sujeito reconstituíveis socialmente. Ainda que não seja possível delimitar o gênero do enunciador que diz “você é” no enunciado acima, reconstruímos nos enunciados: i) a imagem que ele faz do sujeito feminino; ii) certa posição de “diretor de consciência” que “sabe o que é melhor” para o outro (o feminino). De acordo com o autor “[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Ao afirmar “você é linda e você é incrível” o enunciado contrapõe qualquer adjetivo negativo que possa ser associado a esse indivíduo. A interlocutora não é feia, é linda, não é razoável, é incrível. Paradoxalmente, esse lugar de “diretor de consciência” que margeia a fala de autoajuda sugere um interlocutor que se julgaria – ou seria julgada – feia e que, por isso, precisa ouvir de alguém, outro que não ela mesma, que não é isso.

Os opostos pressupõem a existência de dois tipos de condição para a interlocutora: linda e feia, razoável e incrível. Logo, se é preciso afirmar que você é linda e você é incrível para que a ação você não precisa estar com quem te faz mal aconteça, conclui-se que as interlocutoras feia e razoável não pertencem ao grupo você não precisa estar com quem te faz mal. Pressupõe ainda que para não estar com alguém que faz mal é preciso ser ou se considerar linda e incrível, valores que, na lógica do enunciado, são indispensáveis ao feminino. Ao vincular o estado necessário de distância de quem faz mal, o enunciado justapõe as qualidades necessárias para que isso ocorra de maneira conservadora e tradicional: por ser linda, por ser incrível, etc.

Assim como os antônimos, a intensidade dos adjetivos usados é relevante, pois a interlocutora não é apenas bonita ou normal, ela é (ou deve se considerar, já que, o caráter motivacional do enunciado pressupõe um interlocutor que não é/não se julga assim) linda e incrível. Assim, temos mais dois grupos de interlocutoras excluídas da ação determinante do enunciado – as bonitas e as normais. Para não precisar estar com quem te faz mal a interlocutora precisa ser mais do que bonita e normal, precisa ser linda e incrível.

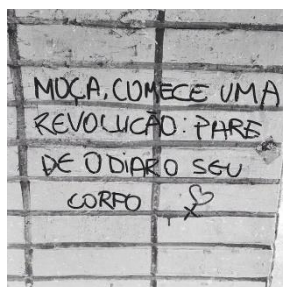
“Você não precisa estar com quem te faz mal” também contém elementos nos quais podemos identificar outra marca ideológica do sujeito discursivo. Nessa frase o sujeito discursivo enuncia que o interlocutor não precisa estar com quem te faz mal, contudo, ao caracterizar o indivíduo com o qual o interlocutor não pode estar, abre um gama de outras possibilidades com quem o indivíduo precisa estar. Assim, podemos identificar que o sujeito

discursivo sugere que estar com alguém é uma necessidade. Se você não precisa estar com quem te faz mal, logo você precisa estar com alguém, mas não com quem te faz mal.

Assim, de acordo com o apresentado até o momento, foi possível identificar dois aspectos: a necessidade de ser/sentir-se bela como condição a um bom relacionamento e a necessidade de estar com alguém. É justamente a marca ideológica que define o que é o conservador. O mito da beleza feminina foi exposto nos elementos “você é linda” e “incrível”. Em termos de delimitação histórica, a sublimação do indivíduo é bem recorrente. Sublimação refere-se a uma adjetivação excessiva do ser humano.

O discurso midiático tenta reforçar o quanto as pessoas precisam se superar, seja fisicamente, seja mentalmente. Com relação à mulher, a moda define a cada estação as roupas que devem ser usadas, os padrões que devem ser seguidos e o que deve ser considerado incrível. O próprio mercado, ao padronizar e impor o que “é melhor”, define a condição de existência de determinado padrão, como o exposto no exemplo.

Figura 9 - Moça, comece uma revolução.



FONTE: Autor desconhecido⁴³, 2018.

Nesse enunciado há a marca de um vocativo moça especificando quem é o interlocutor. Logo em seguida, o imperativo “comece uma revolução” indica uma ordem a uma mudança ou a uma transformação de estado. Após os dois-pontos, uma segunda ordem é dada descrevendo a revolução demandada na primeira parte da sentença. Em “pare de odiar seu corpo” há uma proibição ou limitação necessária para que a revolução aconteça.

Se “pare de odiar seu corpo” é a condição para que a revolução aconteça, amar o próprio corpo faz parte de uma condição de aquietação. Essa afirmação nos leva a perceber que se a revolução é um movimento único e contrário a uma situação permanente, odiar o próprio corpo é mais comum do que amá-lo.

⁴³ Disponível na página Pichações no Facebook.

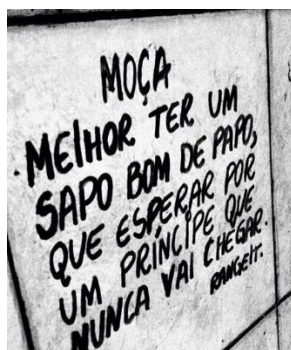
Assim, observando o enunciado conseguimos informações sobre o momento da enunciação e algumas características da posição de interlocutor nos baseando no discurso-outro. Considerando também a exposição do mito da beleza no enunciado anterior, podemos deduzir, não apenas pela materialidade, mas também pelo próprio mito, que os enunciados estão paralelamente posicionados.

Se a palavra revolução existe, concluímos que o grupo ideológico das moças que odeiam o próprio corpo não estão satisfeitas com essa condição e desejam mudança. Reforçando esse desejo temos o mito da beleza propagado pelo mercado consumidor, que convence as interlocutoras de que é necessário sentir-se bonita e, conseqüentemente, comprar seus produtos para atingir esse fim.

“Corpo” pode ser um objeto igualmente relevante, já que odiar o próprio corpo foi escolhido como fator de revolução, portanto, acima de todas as causas que podem gerar insatisfação e desejo de mudança, o corpo foi a escolhida. É possível dizer então que não importa se o corpo é bonito ou feio, ou mesmo o que é considerado bonito ou feio neste momento histórico, mas o pré-construído sobre a importância do corpo e da beleza fica aparente.

É necessário repetir que novamente temos as condições de produção externas relativas a um discurso revolucionário, mas condições de produção internas que revelam o discurso que propaga a ideia da beleza, ou melhor, o pré-construído da beleza.

Figura 10 - Sapo bom de papo.



FONTE. Autor Desconhecido⁴⁴, 2018

Assim como os demais pichos deste eixo semântico, o vocativo “moça” está logo no início do enunciado apontando quem é o interlocutor. Em seguida, há uma comparação entre duas situações marcadas pelo comparativo “melhor”, na qual ter um sapo bom de papo é

⁴⁴ Disponível na página Pichações no Facebook.

melhor do que esperar por um príncipe que nunca vai chegar. A primeira situação sobressai sobre a segunda.

Esse picho retoma um conto de fadas. O primeiro elemento que caracteriza essa afirmação é o termo “príncipe” que originalmente refere-se ao filho de um rei ou rainha reinante, mas que perde sua característica política quando em meio a um enunciado relacionado ao fantástico, torna-se a representação de um pré-construído de um homem ideal.

Essa figura mitológica faz parte do imaginário feminino sendo caracterizado como um homem poderoso (filho de um rei), dono de posses valiosas, que a salvará de algum mal e a levará para viver feliz para sempre em um mundo perfeito. Nesse caso, o príncipe encantado é o pré-construído da figura masculina. O mito do príncipe retoma a ideia de um utópico grande amor, em que não há pontos negativos. A futura vida do casal é resumida pela comum frase final de contos de fada “e eles viveram felizes para sempre”.

Já o elemento sapo é originário do conto “O Príncipe Sapo” reproduzido de diversas maneiras, mas sendo mais conhecido por duas de suas variantes: a escrita pelos irmãos Grimm e a animada pela Disney. As duas versões diferem um pouco entre si, mas têm um elemento em comum: o sapo.

O começo de ambas as histórias é parecido. Os irmãos Grimm narram que uma princesa derruba sua bola de ouro dentro de um lago e o sapo, após a recuperar, pede uma série de recompensas. Ela cumpre com certo desgosto e repulsa todas as exigências do bicho. No fim, o sapo apresenta-se como um príncipe que recebeu uma maldição e estava fadado a permanecer na forma de sapo até que o feitiço fosse quebrado.

Nessa versão a princesa sente repulsa pelo sapo e passa todo o conto tentando afastá-lo de si. Cumpre a contragosto todas os pedidos e a maldição é quebrada quando o sapo pede um beijo como sua última exigência. Irritada e ofendida, a moça arremessa o sapo na parede desfazendo o feitiço. Mesmo sem nenhum sinal de interesse pela nova forma do rapaz, a princesa casa-se com ele.

A princesa começou a chorar porque não gostava da ideia de que o sapo ia dormir na sua preciosa e limpa caminha. Porém o rei se aborreceu e disse:

- Não devias desprezar àquele que te ajudou quando tinhas problemas. Assim, ela pegou o sapo com dois dedos, e o levou para cima e o deixou num canto. Porém, quando estava na cama o sapo se arrastou até ela e disse:

- Estou cansado, eu também quero dormir, sobe-me senão conto a teu pai.

A princesa ficou então muito aborrecida. Pegou o sapo e o jogou contra a parede.

- Cale-se, bicho odioso! - disse ela⁴⁵.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.contarhistorias.com.br/2012/05/historia-princesa-e-o-sapo-original.html>

Já na animação da Disney o sapo começa agindo da mesma forma inconveniente, mas vai conquistando o amor da menina ao longo da história, construindo um relacionamento recíproco de amizade, porém, só conquista seu amor de verdade tornando-se um príncipe ao receber o beijo que pede em sua última recompensa.

Desta maneira, em ambos os casos, a menina não está romanticamente interessada pelo sapo, e no primeiro caso, chega a se sentir irritada e perseguida pelo chantagista. A figura mitológica do asqueroso sapo tornando-se príncipe é comumente tida como referência em relações amorosas nas quais uma mulher acaba por se envolver em um relacionamento com um indivíduo que não era considerado o par romântico ideal. A palavra “sapo” é o elemento semântico que evoca a memória do conto que perpetua por gerações.

Portanto, ao afirmar que “o sapo bom de papo” é melhor que “esperar o príncipe” determina não apenas uma certa conformação do sujeito discursivo em aceitar uma situação pior ao esperado, mas também de que é melhor estar com alguém. Se a descrição de um discurso revolucionário mostra uma característica ideológica que rompe com o tradicional, estar com um sapo é a enunciação do oposto, é estar com alguém que “você não quer” e que “te faz mal”.

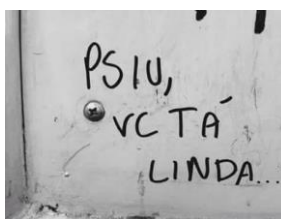
3.3. Pré-construído e o mito da sedução

Um elemento comum a todos esses pichos de sedução é o uso de interjeições, que nos permitem determinar que os seguintes enunciados se referem à abordagem de mulheres nas ruas por homens que pretendem seduzi-las, tentando conseguir sua atenção.

Os seguintes enunciados foram analisados tendo em vista a seguinte proposição:

iii) toda mulher deve/quer ser seduzida

Figura 11 - Psiu, vc tá linda.



FONTE: Autor desconhecido⁴⁶, 2018.

⁴⁶ Disponível na página Pichações no Facebook.

Este enunciado faz emergir o principal elemento que define esse eixo semântico da sedução como prática forçada por suposto “desejo” por parte de quem é assediada. A interjeição “psiu”, supostamente positivada pela sequência “você tá linda” remete, na mesma medida, ao assédio constantemente sofrido, principalmente por mulheres no dia-a-dia das grandes cidades.

Esse enunciado está fortemente conectado com o eixo semântico anterior, pois apresenta o mito da beleza em comum. Logo, a posição de sujeito pode ser assumida por indivíduos que buscam incentivar ou motivar interlocutores que fazem parte do contexto ideológico no qual o pré-construído sobre “ser linda” é importante.

Novamente podemos perceber que há uma projeção do imaginário de A em B. Ao enunciar “vc tá linda” o sujeito discursivo atribui a B a imagem do pré-construído da necessidade de ser/estar bonita. Ao observarmos o “psiu”, percebemos que no imaginário de A há não somente a necessidade de ser/estar bonita, mas também a concepção de que as mulheres, ou as outras mulheres, devem saber que estão bonitas.

A aplicação da proposição exposta acima de que toda mulher deve/quer ser seduzida é observável através do elemento “psiu”, pois em sua posição de interjeição representa um chamamento. O sujeito A dentro de seu contexto histórico-ideológico enuncia o “psiu” junto a “vc tá linda” projetando a necessidade de afirmação por estar/ser bonita.

Assim, podemos identificar além da obrigação de ser bela, a necessidade desse elogio ser feito, através da análise dos elementos linguísticos. Ser bela e ser avisada disso é importante nesse determinado momento histórico, pois, o caráter comercial do mito da beleza reforça que ser bela(o) é fator de destaque em um grupo ideológico. Contudo, no próximo enunciado, podemos notar uma situação um pouco diferente no uso de interjeições.

Figura 12 - Meu nome não é psiu.



FONTE: Bucioli, 2016.

Em “meu nome não é psiu!” temos uma frase no presente do indicativo que expressa uma certeza e uma realidade. Novamente, identificamos o uso da interjeição “psiu” em sua função de chamar ou conseguir a atenção de uma pessoa. Contudo, as outras partículas linguísticas do enunciado, nos fazem entender que, dessa vez, o sujeito discursivo se opõe a ideia da sedução exposta acima.

No caso desse enunciado, o elemento que nos remete à proposição de que toda mulher quer/deve ser seduzida é o “psiu”, contudo, dessa vez, ele está “isolado” perto das outras partículas uma vez que “meu nome não é psiu” por si só não confirma a proposição. O que nos leva a validar a hipótese da proposição é a memória da sedução que irrompe dessa interjeição.

Por emergir acompanhado de “meu nome não é”, em um contexto ideológico e histórico no qual a pichação é tida como rebelde, é possível concluir a presença de determinado caráter de protesto em sua estrutura linguística.

Nesse enunciado temos alguém negando que seu nome seja “psiu”. Se “psiu” é a maneira com a qual as mulheres têm sua beleza afirmada, nesse enunciado o sujeito está em uma posição na qual A projeta em B uma negação ao pré-construído de que toda mulher precisa ou deve ser seduzida. Ao contrário do picho anterior o sujeito A está em uma posição ideológica na qual se opõe à sedução através de “psiu”.

Podemos inclusive considerar essa oposição ideológica marcada por elementos que demonstram revolta como uma frase curta, de fácil reprodução, com um posicionamento fortemente determinado a partir da negação. Outro fator é o próprio ponto de exclamação que tem entre seus usos a indignação e a raiva.

O que faz com que esse enunciado esteja dentro desse eixo semântico e diretamente ligado ao enunciado anterior, é o fato de demonstrar a reprodução da ideia de que toda mulher quer/deve ser seduzida. Mesmo sendo através da negação desse “estado”, o mito da sedução e da beleza caminham juntos e o pré-construído de que as mulheres gostam de ser seduzidas é algo que foi naturalizado historicamente.

CONCLUSÃO

O primeiro ponto a ser observado está no eixo semântico maternidade que é caracterizado pela incidência da palavra mãe. Esse eixo foi nomeado justamente em referência ao aspecto maternal abordado no *corpus*.

Como descrito nas análises a palavra mãe é amplamente difundida como uma mulher carinhosa e protetora, pilar educacional da família. O mito da mulher como mãe possui dois olhares de acordo com os sujeitos discursivos: a vertente religiosa, na qual a mulher é vista como sagrada pela possibilidade de ser mãe, e a mãe vista sob a ótica biológica, na qual ela é a origem de todas as coisas. As posições criacionista e científica são centros de oposições e rivalidades nas formações discursivas apresentadas.

Contudo, a perspectiva a ser destacada em relação a esse grupo temático é o próprio uso da palavra mãe pelo movimento do picho. A marca da palavra mãe nos enunciados apresentados mostra que a mulher precisa ser mãe para estar em posição de respeito, tanto do ponto de vista dos indivíduos cujas ideologias são criacionistas, quanto as científicas. Desta maneira, se o picho propõe algo provocador e instigante, ele é desautorizado pelos próprios enunciados, já que não apenas a ideia de mãe, mas também a de que a mulher precisa ser mãe, são afirmações de um status quo contrário ao proposto pelo movimento. O próprio enunciado contraria o que o movimento tenta propagar.

Já no eixo semântico beleza, umas das características comuns aos pichos analisados é a descrição e a adjetivação, principalmente, nos que demandam algo do interlocutor (representados por imperativos) na relação: para conquistar isso você precisa ser assim. Os opostos em suas extremidades criam efeitos de sentido contrários ao que a pichação propõe, ou seja, quem não fizer parte do mito da beleza, essencialmente, com relação à beleza vendida como padrão pelo mercado, não se sentirá parte do movimento ou da revolução. Os pichos também reproduzem a necessidade de estar com alguém para ser feliz. Esse imaginário é reafirmado pelo uso do sapo bom de papo, já que um sapo bom de papo parece uma ideia melhor do que a ficar sem ninguém.

O que define esse eixo como beleza é o discurso-outro entre enunciador e interlocutor, no qual o primeiro projeta no segundo as características que o grupo ideológico em que está inserido considera como fundamental para determinadas ações: ser bela e estar em circunstâncias de amar. Ao fazer essa projeção o sujeito discursivo usa recursos comuns aos apresentados em textos motivacionais com afirmações, negações e imperativos.

Com relação ao terceiro eixo semântico, a primeira consideração que deve ser feita sobre as interjeições é a possibilidade de observar o trajeto de alguns elementos de memória discursiva e o quanto eles estão ligados ao momento histórico em que são enunciados.

Algumas características exteriores aos enunciados também foram fundamentais para o entendimento da pichação em sua existência histórica e ideológica. A primeira, a efemeridade como fator que delimita o período histórico no qual os enunciados emergem e que carrega

elementos ideológicos característicos do momento no qual essa pesquisa foi desenvolvida. Dentre essas características podemos apontar os mitos e os pré-construídos que são reproduzidos pelo enunciado: a figura materna, a beleza e a sedução.

A segunda característica, a ilegalidade, através da discussão sobre as leis que proíbem a degradação de patrimônio público ou privado sem consentimento do proprietário, são observáveis no próprio registro do *corpus*, no qual é possível ver o suporte dos muros e do ambiente urbano. A própria discussão sobre o que é pichação e o que é grafite nos dão elementos que afirmam a ilegalidade de sua existência.

O terceiro elemento, diretamente relacionado à materialidade dos enunciados, que são as características rebeldes do picho, que emergem em condições ilegais. Já a característica revolucionária pode ser contestada quando considerados as condições internas de produção, nas quais foram detectadas a marcação da reprodução de discursos conservadores.

Também observamos o caráter de enunciado dividido no *corpus* apresentado neste estudo, justamente pelo contraste entre revolucionário versus conservador. Assim como, o que justifica que afirmar que a pichação pode não ser tão revolucionário quanto descrito, é a interdiscursividade na qual vários enunciados com diferentes regularidades (dispostas por eixos semânticos) apresentam as mesmas características conservadoras.

Estamos habituados a ouvir que a pichação é a voz daqueles que não se sentem parte do espaço no qual estão inseridos. Nesse sentido, ela é constantemente associada – isso faz parte, efetivamente, de sua condição no imaginário social – à marginalidade e a contravenção. Seu caráter ilegal no discurso jurídico reforça essa condição de existência. Seus atores querem que assim o seja, isto é, há uma espécie de desejo de ilegalidade que garante o picho como algo fora da norma.

No entanto, a partir do que foi discutido nesta pesquisa, concluímos que essa é apenas uma das faces da moeda. Ao lado desse imaginário da pichação como prática de resistência, caminha a possibilidade sempre aberta pela opacidade da língua de que o picho possa ser também aquilo de que pretende se distanciar, isto é, ele pode ser também normativo e conservador. A meia distância, como inscrição estilizada nas paredes públicas e privadas, a “rabisqueira” é subversiva, mas de perto, na materialidade visível do texto que se concretiza, as coisas não são assim tão simples.

Pudemos observar que em uma das temáticas recorrentes nas pichações – os diferentes papéis que a mulher pode ocupar na sociedade – o que se sabe e o que se diz sobre as mulheres nessa atmosfera contraventora do picho é, não raro, um misto de resistência e de reprodução de pré-construídos. Nesse sentido, esta pesquisa levantou uma questão e procurou

oferecer uma resposta possível a ela: “Em que medida se transgride quando se picha?” A conclusão a que chegamos é: transgride-se quando se pratica o picho, mas no que diz respeito ao texto pichado, isso nem sempre é verificável de modo tão transparente. Assim, entendemos que contrariar valores não está necessariamente ligado a práticas que contrariam leis. Pelo contrário, muitas vezes, como demonstramos aqui, contrariar as leis pode ser, no produto final do ato contraventor, reproduzir valores conservadores e machistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Retórica**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1975. 178 p.

COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009

COURTINE, J. J. **O Chapéu de Clémentis**. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, Freda. (org.). Os múltiplos territórios da análise do discurso. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1999. p. 15-22

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. 254 p.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 74 p

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise automática do discurso” de Michel Pêcheux. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014a. pp. 11-38

LEITE, Antonio Eleilson (Org.). **Graffiti em SP**: tendências contemporâneas. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

MEDEIROS, Rodrigo. **Uma história do graffiti paulistano contado em quatro atos**. In: LEITE, Antônio Eleilson (Org.). Graffiti em SP: tendências contemporâneas. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013. pp. 28-49.

ORLANDI, Eni P. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 7. ed. Campinas: Pontes, 2015.

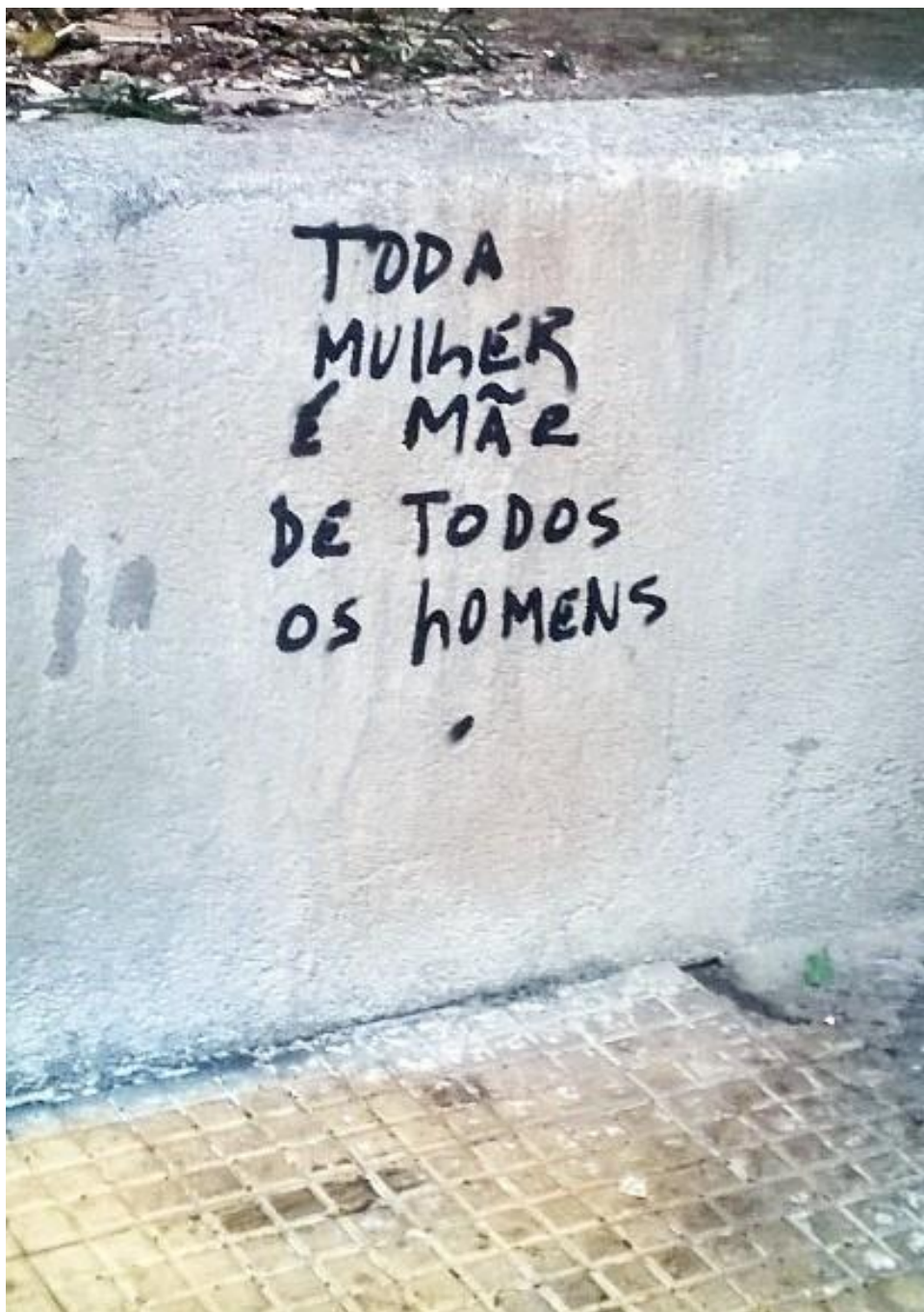
PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD – 69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014b. pp. 59-158

_____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014c. pp. 7-281

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014d. pp 269-281.

SOUZA, David da Costa Aguiar de. **Pichação carioca: etnografia e uma proposta de entendimento**. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://comunidadessegura.org.br/files/pichacao_carioca.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

APÊNDICE



Toda
mulher
é mãe
de todos
os homens

Localização: Cemitério da Consolação.
São Paulo / SP.

Autor do Picho: desconhecido.

Autor da Fotografia: Patrícia Bucioli.

Ano da Fotografia: 2015.



Eu não vim da sua costela
Vc veio do meu útero

Localização: Diamantina / MG

Autor do Picho: desconhecido.

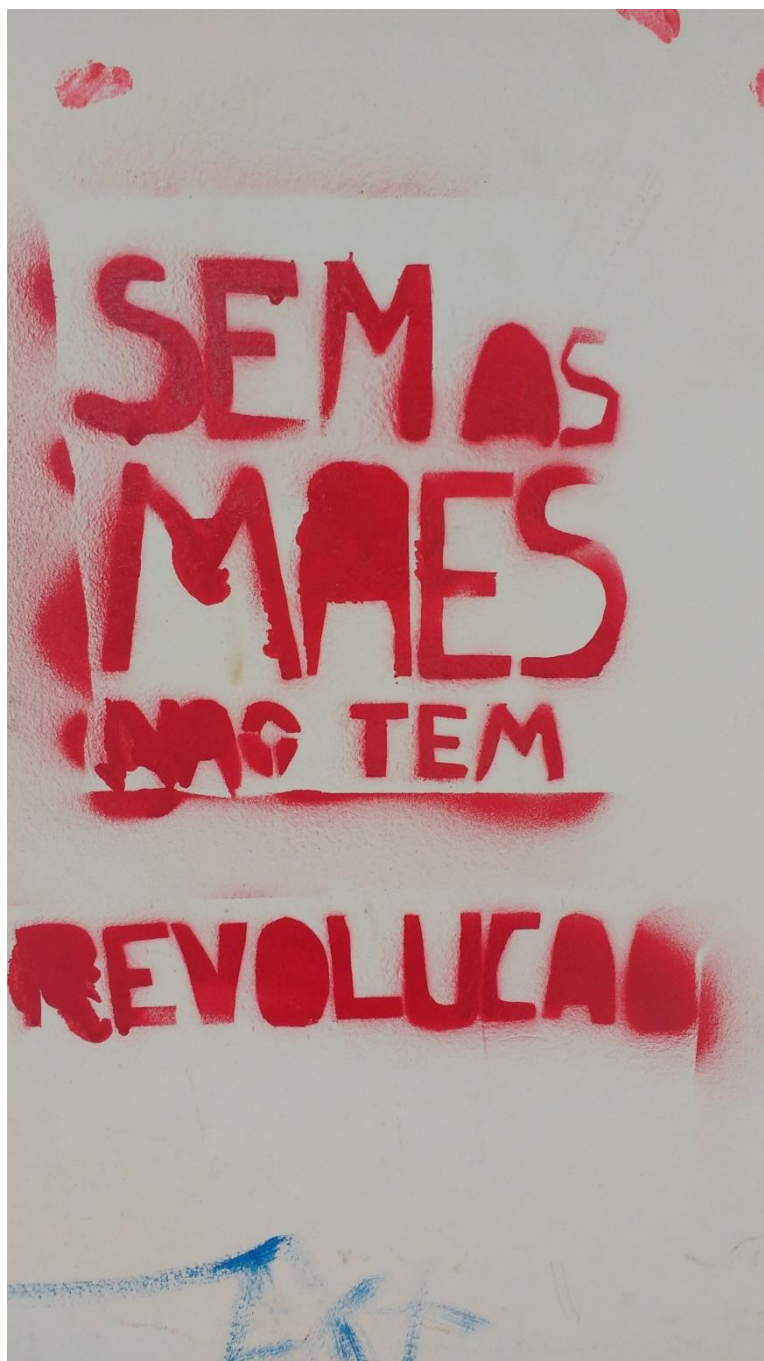
Autor da Fotografia: Aglaia Maciel.

Ano da Fotografia: desconhecido.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/olheosmuros/photos/a.279245768753490.78035.225203334157734/1684145391596847/?type=3&theater>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2018.



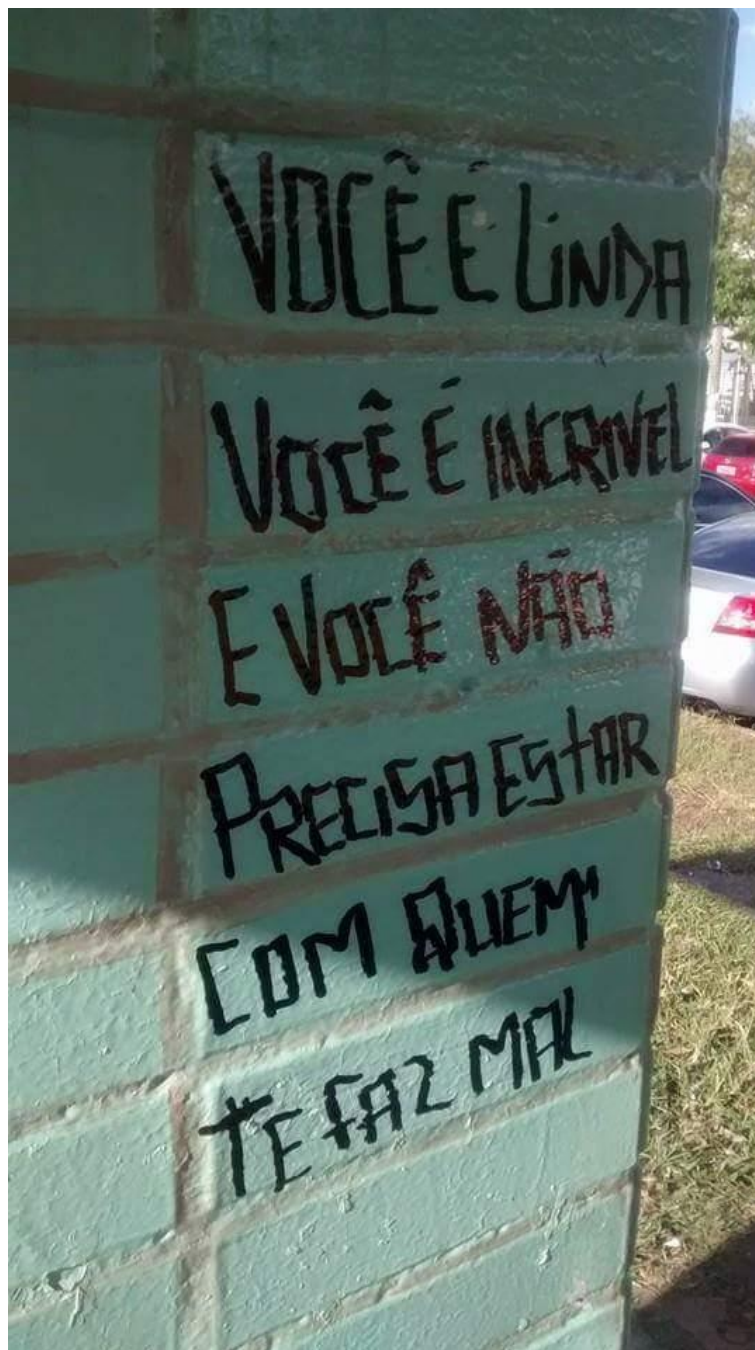
Sem as
mães
não tem
revolução

Localização: UNIFESP Campus
Pimentas. Guarulhos / SP.

Autor do Picho: desconhecido.

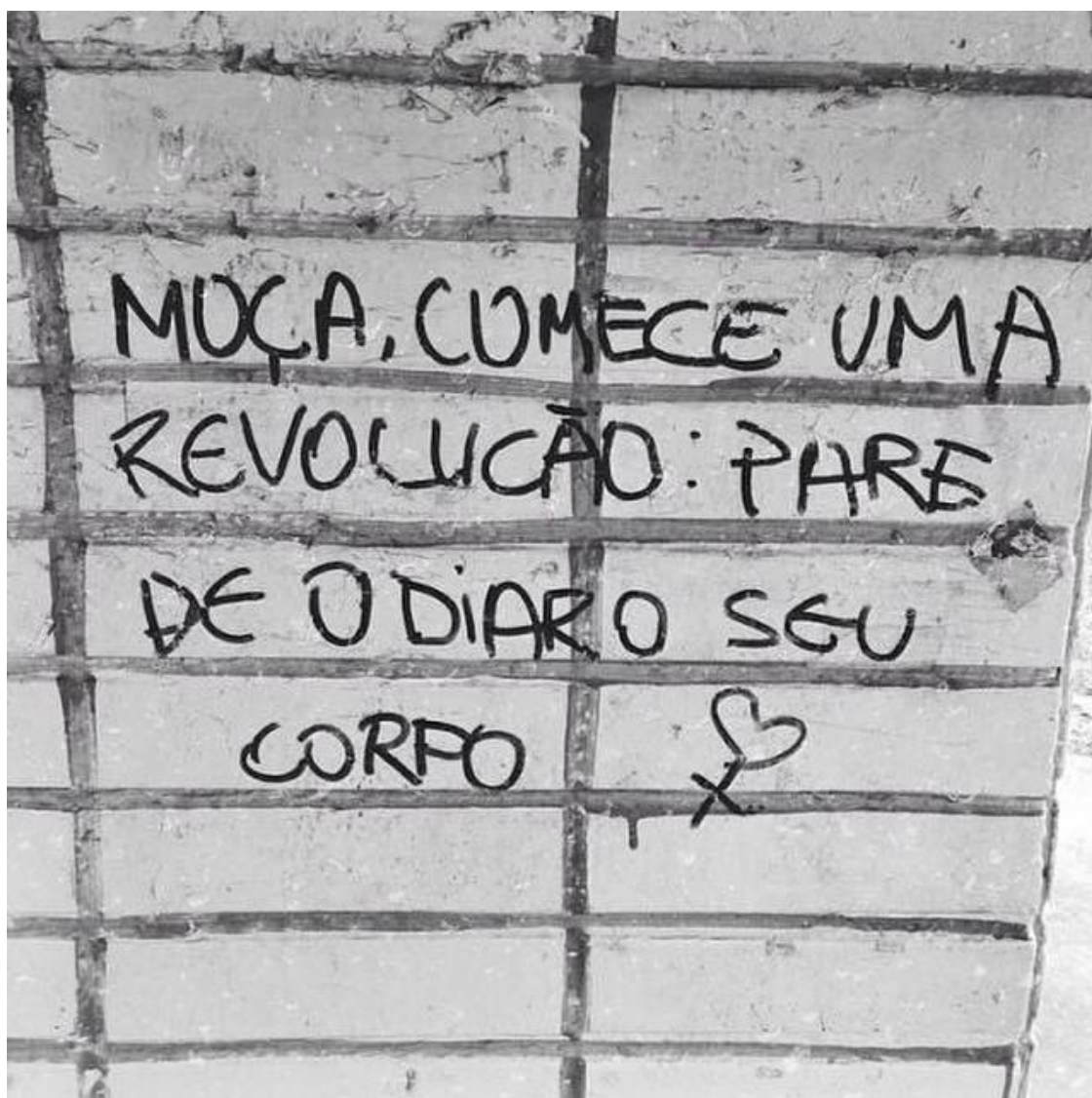
Autor da Fotografia: Patrícia Bucioli.

Ano da Fotografia: 2017.



Você é linda
Você é incrível
E você não
Precisa estar
Com quem
Te faz mal

Localização: Morumbi. São Paulo / SP.
Autor do Picho: desconhecido.
Autor da Fotografia: Patrícia Bucioli.
Ano da Fotografia: 2015.



Moça, comece uma
Revolução: pare
De odiar ser
Corpo.

Localização: desconhecida.

Autor do Picho: desconhecido.

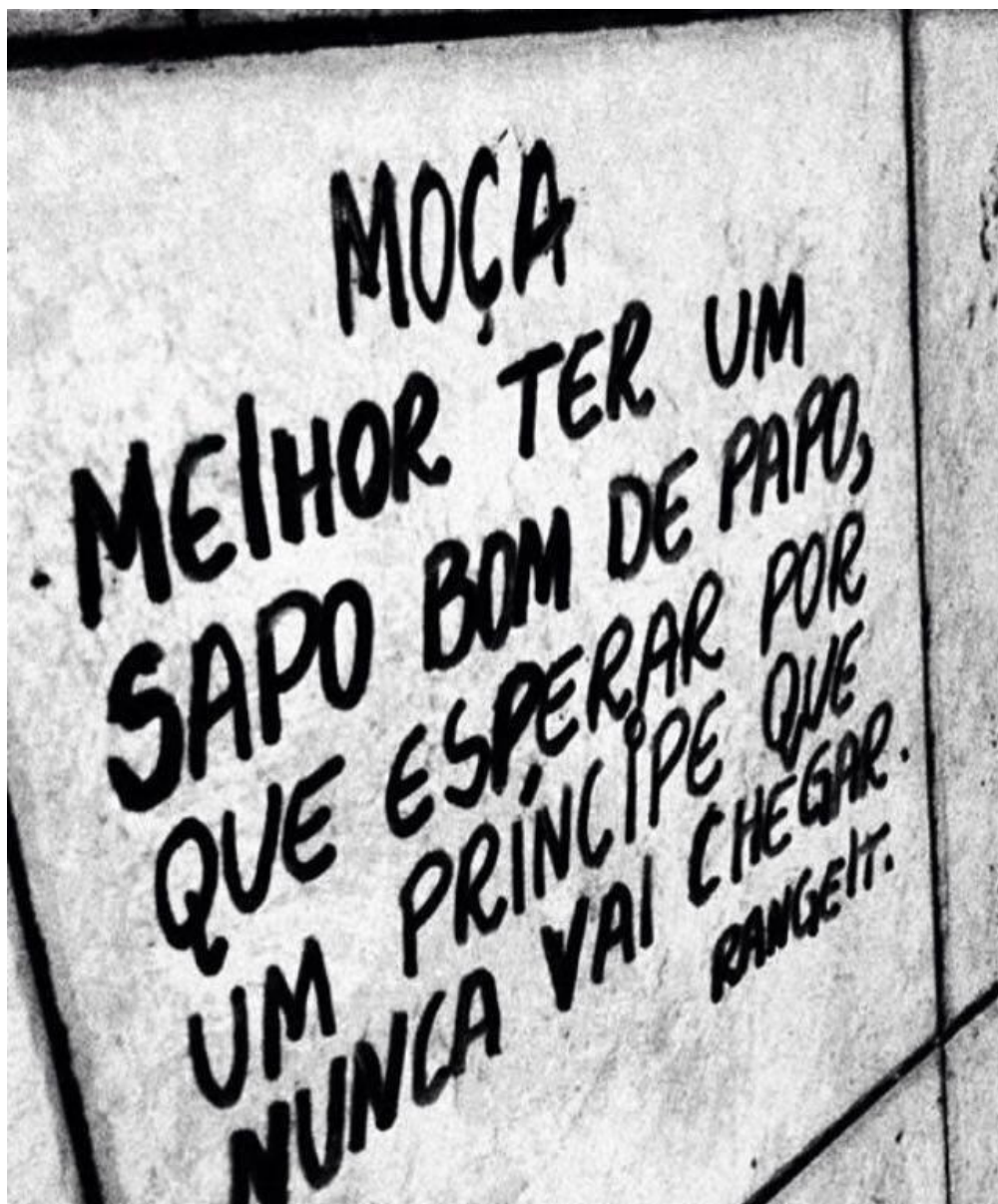
Autor da Fotografia: desconhecido.

Ano da Fotografia: desconhecido.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/pichacoesruas/photos/a.197360850674635.1073741828.197356354008418/302358043508248/?type=3&theater>

Acesso em: 03 de janeiro de 2018.



Moça,
Melhor ter um
Sapo bom de papo,
Que esperar por
Um príncipe que
Nunca vai chegar.
Rangel T.

Localização: desconhecida.

Autor do Picho: Rangel T..

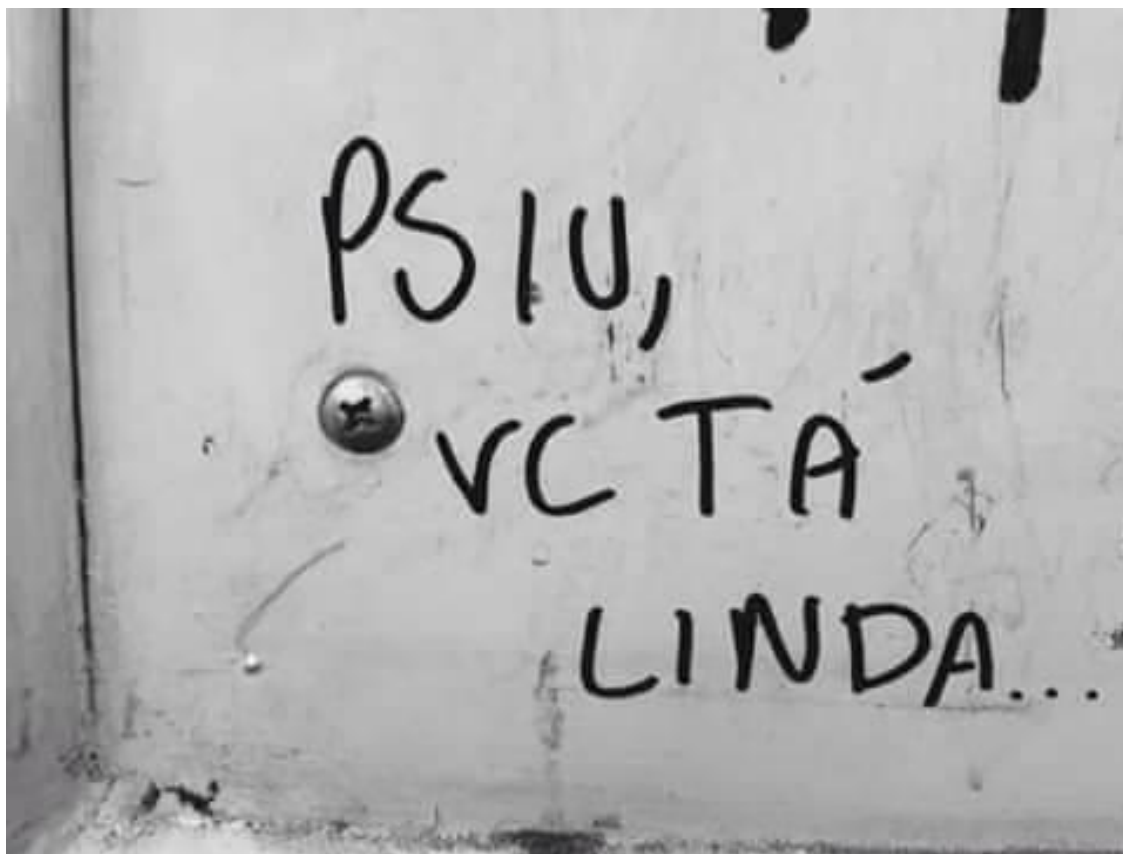
Autor da Fotografia: desconhecido.

Ano da Fotografia: desconhecido.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/pichacoesruas/photos/a.197360850674635.1073741828.197356354008418/339825726428146/?type=3&theater>

Acesso em: 03 de janeiro de 2018.



Psiu,
Vc tá
Linda ...

Localização: desconhecida..

Autor do Picho: desconhecido.

Autor da Fotografia: desconhecido.

Ano da Fotografia: desconhecido.

Disponível em:

<https://www.facebook.com/pichacoesruas/photos/a.197360850674635.1073741828.197356354008418/240749763002410/?type=3&theater>

Acesso em: 03 de janeiro de 2018.



Meu nome
não é
psiu!

Localização: Morumbi. São Paulo / SP.

Autor do Picho: desconhecido.

Autor da Fotografia: Patrícia Bucioli.

Ano da Fotografia: 2016.